

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL

DO DIZER AO FAZER >>

PRIMEIRA SUBSCRITORA
CATARINA MARINHO

ÍNDICE

ÍNDICE	1
MENSAGEM DA CANDIDATA	2
O JOVEM POPULAR	4
O NOSSO PLANO	6
POLÍTICAS	9
EDUCAÇÃO	
Ensino Básico e Secundário	12
Ensino Superior	17
Trabalhador Estudante	20
INDEPENDÊNCIA	22
Acesso ao Mercado de Trabalho	23
Reforma Fiscal	24
Jovem Trabalhador	27
Consolidação de carreiras	28
FAMÍLIA	32
Apoio à Família	34
Habitação	37
Qualidade de Vida	38
Segurança e Justiça	40
Estabilidade Financeira	43
Mobilidade	43
A ESTRUTURA	46
A ESTRUTURA	51
PRESIDENTE	53
SECRETARIA-GERAL	55
OPERAÇÕES	61
COMUNICAÇÃO	63
POLÍTICAS	66
MILITÂNCIA	68
GABINETE DE ESTUDOS	72
COORDENAÇÃO AUTÁRQUICA	74
CHEFE DE GABINETE	76
REGIÕES AUTÓNOMAS	77



MENSAGEM » DA CANDIDATA



DO **DIZER**
AO **FAZER** »

A mensagem é clara: Quero passar do Dizer ao Fazer.

Esta mensagem concentra em si camadas de complexidade e profundidade que vão além do que podemos imaginar.

Passar do Dizer ao Fazer é acreditar que a Juventude Popular pode trabalhar melhor, de forma mais eficiente, dinâmica, profissional e próxima dos seus militantes. Focada na execução e no desenvolvimento, sem se restringir apenas a palavras. É acreditar que devemos agir.

Passar do Dizer ao Fazer é saber que podemos ter uma educação melhor, com ênfase na liberdade dos alunos e na qualidade dos serviços. É ter a noção que conseguimos mudar o sistema por forma a ter médicos e polícias focados em ser médicos e polícias e não tarefeiros subvalorizados ou burocratas presos a secretárias. É acreditar que Portugal pode ser a casa de todos os jovens que se querem fixar e criar a sua família naqueles que são os nossos valores e princípios.

Passar do Dizer ao Fazer é assumir que o jovem representa um leque dinâmico de preocupações e necessidades que evoluem com o tempo. É acreditar que, da mesma forma que nós mudamos e evoluímos, a política também tem que mudar e evoluir para acompanhar os novos tempos e desafios.

Passar do Dizer ao Fazer é tudo isto e muito mais, mas é, acima de tudo, e em particular: Uma forma de ver o mundo. É a crença inabalável na força do trabalho, feito com dedicação e profissionalismo, que procura resultados concretos. É a vontade indomável de continuar quando todos duvidam, de arriscar quando todos hesitam, de enfrentar o futuro quando todos o temem e de conseguir avançar por onde todos esperam o fracasso.

Passar do Dizer ao Fazer é, nada mais nada menos, do que ser fiel ao sonho original do que é ser JP.



DO **DIZER**
AO **FAZER** >>

O JOVEM POPULAR



JP

Portugal é lar de uma geração de jovens ambiciosos e determinados a moldar o futuro do País. Estes jovens não são só sonhadores, mas agentes de mudança, prontos para agir e converter desafios em oportunidades. **São jovens que defendem o mérito como métrica de sucesso**, jovens que procuram soluções concretas e acreditam que cada ação e cada esforço são essenciais para construir um Portugal melhor.

O jovem que a Juventude Popular representa é proativo e comprometido. O jovem que não tem medo de dizer o que pensa, que considera a mudança positiva, e que segue sempre em frente. **A diferença não é feita amanhã, é feita já!** As ações não são apenas faladas, são realizadas. A mensagem é nítida: Fazer, fazer, fazer e **fazer bem!**

Queremos representar mulheres inspiradoras, com impacto nas suas carreiras que, ao mesmo tempo, almejam o sucesso pessoal e dedicam-se à construção de famílias sólidas e à formação de comunidades vibrantes. Mulheres que entendem o papel crucial que as novas gerações desempenham na construção de um futuro sustentável e justo. Mulheres conscientes de que ainda temos muito a caminhar na defesa dos valores e liberdades.

Queremos representar Homens que se destacam pela sua determinação na construção de um País melhor. Líderes de comunidades e contribuidores individuais, comprometidos em lutar por uma Sociedade mais humana e mais equilibrada. Homens que acreditam no poder da colaboração e da unidade, que se dedicam ao seu próprio sucesso e bem-estar e ao do sucesso e bem estar coletivo.

Queremos representar todos os jovens com um forte sentido de patriotismo, que representam Portugal com dignidade, prontos para levar a nossa cultura e o nosso legado além fronteiras, com um profundo orgulho no seu país e no valor base da dignidade humana.

Estamos aqui para apresentar propostas e reivindicações, mas, acima de tudo, para mostrar que a mudança começa em cada um de nós. É hora de nos unirmos em torno de um propósito comum e de liderarmos com esperança, coragem e determinação.





O NOSSO PLANO >>>>



O nosso plano geral pauta-se por três características essenciais: **Liberdade**, foco na **Pessoa** e **Responsabilidade**, que nos acompanharão ao longo de todo o trabalho.

Teremos sempre como objetivo a expansão das liberdades individuais que permitem ao cidadão assumir o domínio sobre a sua vida e escolher de acordo com as suas vontades e necessidades, sem interferências de terceiros.

Teremos sempre uma política focada na Pessoa e não no Estado ou qualquer outra abstração. Uma política que serve o Homem e não uma política que se serve dele. Uma política que reconhece a dimensão da Pessoa e que entende que esta Pessoa, como animal político, tem a sua necessidade de realização na esfera pública partilhada. Por isso, o Estado deve atuar como um impulsionador desse potencial em vez de representar um obstáculo.

Temos, por fim, a Responsabilidade como expoente máximo de todo o trabalho. Acreditamos que qualquer proposta política que não se rege por profundas noções de responsabilidade social, ética e comunitária, é um elemento que degrada a confiança nas instituições e na classe política. Propor alternativas impossíveis, inconsequentes ou intangíveis serve apenas para aprofundar os fossos que nos separam e para fomentar clivagens assentes na falta de confiança e de credibilidade. Propor sem estudar, compreender ou prever resultados é falsear expectativas e ludibriar quem queremos servir.

Por estes motivos, a nossa moção acompanha três fases distintas da vida de um Jovem: **A Educação, A Independência e A Família**. Delineamos o nosso plano em torno daquele que é o processo da vida dos jovens com o objetivo de demonstrar a intervenção positiva da política nessas etapas e nas respostas que daí advém. É este o apanágio de uma política centrada na Pessoa - saber que a política acompanha os diferentes ciclos da vida e que pode elevar o nosso dia-a-dia. É este o apanágio de uma política centrada na Liberdade - garantir que, em qualquer etapa, as oportunidades são sempre ampliadas e potenciadas. É este o apanágio de uma política centrada na Responsabilidade - saber que todos os momentos carecem de



uma resposta clara e que essa resposta não deve ser impulsiva, mas sim de ponderação, estudo e seriedade.

O nosso plano é passar do Dizer ao Fazer, as nossas ferramentas são a Liberdade, a Política Humanista e a Responsabilidade, o nosso objetivo - Trabalhar por Portugal.

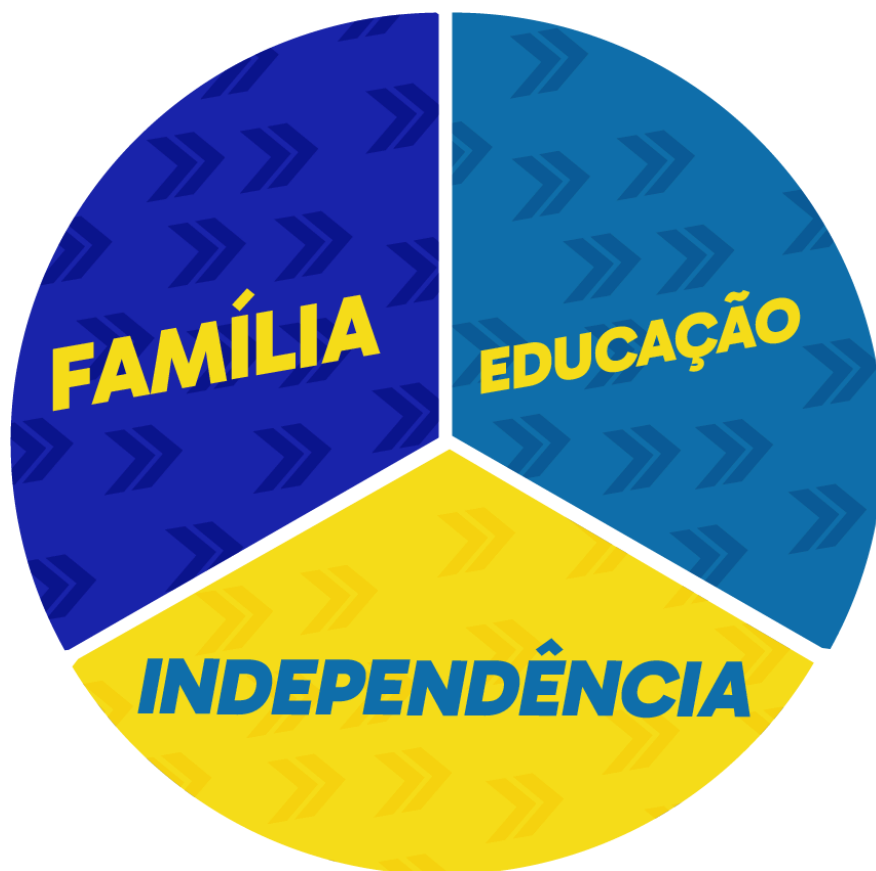


DO **DIZER**
AO **FAZER** >>

POLÍTICAS



JP



As políticas públicas são a base de todo o trabalho político. Muito mais do que os discursos, mais do que os pensamentos ou ações internas, a política só se cumpre quando transforma o pensamento em medidas concretas, capazes de ajudar os nossos concidadãos e de potenciar a transformação do País e da Sociedade.

Nesta secção encontramos uma linha transversal a todas as nossas propostas.

Tendo isso em conta, propomos o seguinte:

DO **DIZER**
AO **FAZER** »

EDUCAÇÃO



Educação focada no aluno e não no Estado!

A educação é a chave para travar a pobreza de qualquer sociedade e quebrar os ciclos de pobreza intergeracional. Não existe nenhum outro mecanismo tão eficaz quanto a educação e o conhecimento a providenciar as ferramentas necessárias para que cada um de nós consiga enfrentar os nossos desafios, emancipar-se e progredir enquanto comunidade e país.

Ao dia de hoje temos uma educação focada no Estado, e não no aluno. Continuamos a apostar em visões antiquadas do mercado de trabalho em que os jovens eram formados para viver uma só vida, de uma só forma, numa só carreira. A Educação nunca deverá servir para fomentar os interesses do estado ou dos mercados, mas sim das pessoas, sendo estas livres, plenos e conscientes, que procuram formas de se formar e desenvolver e não de se treinar para servir os interesses de outros.

O nosso objetivo tem de ser este: Ter um país educado e não um povo reduzido a ser conduzido ou escravizado.

Infelizmente, todos os anos vemos a deterioração das entidades e da qualidade do ensino em Portugal, como mostram recentes resultados do inquérito PISA.

Ensino Básico e Secundário

- **Segurança nas Escolas**
 - Reforçar o programa “Escola Segura”, maior colaboração com as polícias municipais, PSP e GNR;
 - Implementar um programa eficaz contra o bullying e cyberbullying;
 - Promoção de um questionário anónimo, no final de cada ano letivo, a ser preenchido por cada aluno onde são expressos os problemas de segurança da instituição de ensino, para que assim em colaboração com

o município e com as autoridades possam ser resolvidos de forma mais eficaz.

- **Melhor qualidade de ensino**

- Aumentar, em pelo menos duas, as disciplinas à escolha do aluno, criando mais flexibilidade curricular dando a possibilidade ao aluno de escolher o percurso académico onde mais se revê, a acompanhar isto propomos a criação de um sistema de créditos no ensino secundário para ajudar a maior mobilidade entre cursos;
- Reforçar o ensino estruturado de Matemática e Português, com programas intensivos de apoio para alunos com fraco desempenho escolar;
- Diminuir o número de alunos por turma para 20 alunos no básico e 24 no secundário;
- Substituir a escala de classificação “1 a 5” a partir do 5.º para uma escala de “0 a 20”. Esta forma de avaliação foi colocada em vigor em 1975 para esbater as diferenças entre as crianças e reduzir o estímulo à competitividade;
- Garantir um maior apoio e acesso à informação, ao longo dos três anos do ensino secundário, para que o aluno possa fazer uma escolha académica mais informada e acertada no fim deste período.

- **Mais área de conhecimento**

- Reestruturação do conteúdo letivo da disciplina de Cidadania para formação de mais áreas:
 - Literacia Financeira. A disciplina deve ser composta por temas como:
 - Orçamento Pessoal
 - Poupança e reforma
 - Investimentos
 - Crédito e Dívida
 - Impostos

- Metas Financeiras (curto, médio e longo prazo)
- Conceitos básicos da economia
- Literacia ambiental, onde o aluno deverá ser exposto a um conjunto de organizações ambientais da sua região durante o período do ensino básico, neste sentido também se deverá ter em conta a área agrícola, uma vez que só há bom Ambiente com boa agricultura.
 - Capacitar todas as escolas públicas de hortas até ao final de 2026, mantidas pelos alunos em articulação com agricultores locais e/ou voluntários;
 - Integrar aulas de ciências com atividades práticas sobre cultivo, compostagem e os ecossistemas;
 - Estabelecer colaborações com agricultores da região para visitas de campo, onde os alunos possam aprender sobre práticas agrícolas e técnicas sustentáveis;
 - Reforço do ensino sobre a relação entre agricultura e alimentação, incluindo tópicos como a origem dos alimentos, dieta saudável e impactos ambientais da produção alimentar;
 - Incentivar os alunos a realizarem projetos de pesquisa sobre diferentes tipos de agricultura, como orgânica, convencional e permacultura, estimulando o pensamento crítico;
- Suporte Básico de Vida
 - Essencial capacitar os jovens para agir em situação de socorro
- Literacia Política, para que os jovens participem ativamente na comunidade. Temas básicos a serem abordados:
 - Como funciona o sistema político?
 - O que são partidos?
 - O que são Ideologias?



- **Ensino Profissional**

- Criar mais parcerias entre escolas profissionais e empresas, garantindo que os alunos tenham estágios remunerados e experiência real no sector antes de concluírem o curso;
- Campanha nacional para valorizar os cursos profissionais como primeira escolha, garantindo que tenham prestígio igual ao ensino universitário e que ofereçam boas perspectivas de carreira;
- Criar um sistema de equivalências para que alunos dos cursos profissionais possam aceder ao ensino superior com mais facilidade e valorizando as suas competências e experiência práticas;
- Proliferação de cursos profissionais adaptados às exigências do mercado, como os cursos de pedreiro, canalizador, serralheiro entre outras profissões as quais existem falta de mão-de-obra em mais regiões do país.

- **Mais professores**

- Partilha de previsão de número de profissionais necessários por área do país, dando aos futuros profissionais a correcta expectativa de onde poderão vir a exercer;
- Criação de prémios e distinções anuais para os melhores professores de cada distrito;
- Criar um banco de profissionais disponíveis para dar resposta pontual em situação de carência de professores para trabalhar em regime provisório e que apresentem experiência académica ou profissional para lecionar;
- Criação de um plano de carreira claro e ambicioso para que os futuros profissionais tenham previsibilidade laboral;
- Desenvolver um programa nacional de transição para o ensino, permitindo que profissionais de outras áreas se tornem professores através de formação acelerada e incentivos financeiros, tendo por base a necessidade geográfica dos docentes.



- **Liberdade na Educação**

- Introdução de ação social em todas as escolas do sector particular, como contrapartida ao tratamento fiscal benéfico que atualmente dispõem;
- Alteração do critério da frequência das escolas, integradas na rede de ensino público, através de um método de sorteio como ocorre, com as devidas proporções, em alguns modelos de ensino anglo-saxónicos (sorteio de 10% das vagas para início de ciclos, podendo os alunos candidatar-se a essas vagas, sem limitar o processo de candidaturas a outras escolas, e independentemente da sua morada de residência ou local de trabalho dos encarregados de educação);
- Criar um programa experimental de vouchers de educação a começar por regiões com menor oferta de escolas, analisando as necessidades das famílias para um estudo de implementação nacional;
- Dotar as escolas de mais autonomia para a integração curricular indo ao encontro das necessidades dos seus alunos e capacidades que são demonstradas. Fazer o mesmo também a nível financeiro retirando poder à decisão central;
- Planeamento de estratégias para implementação do cheque-ensino e em paralelo analisar estratégias de isenção das taxas em escolas que apliquem o contrato de associação;

- **Desporto**

- Fomento de equipas para as várias modalidades do Desporto Escolar, em todas as escolas públicas para competição na “Liga Desporto Escolar +” com prémio monetário por aluno que fizer parte;
- Estabelecer parcerias entre escolas portuguesas e clubes desportivos locais, permitindo que os alunos tenham acesso a mais modalidades e melhores treinadores;
- Programa nacional de desportos ao ar livre, incentivando atividade como trilhos, ciclismo, orientação e corridas aproveitando os recursos naturais de Portugal;



- Promover o desporto como meio para a prevenção de transtornos mentais.
- Fomentar o trabalho
 - Fomento de trabalho em part-time com gerações mais velhas que as freguesias e municípios identifiquem como possível extinção da profissão;
 - Incentivo à criação de programas para trabalhos de verão em que os jovens tenham oportunidade de ajudar empresas na região (apenas para +16 anos) de forma a ganhar experiência e aprender práticas em que têm interesse;
 - Criação de parcerias entre o sistema educativo e as empresas para que os jovens possam experimentar trabalhar, ajudando na tomada de decisão da escolha do curso e desfazendo o estigma de só se trabalhar depois do ensino superior;
 - Implementar programas de **"Miniempresas"** nas escolas secundárias portuguesas, onde os alunos possam criar e gerir pequenos negócios;
 - Criação de uma unidade curricular durante o ensino secundário, a vigorar apenas no terceiro período letivo que tem como objetivo garantir a possibilidade dos alunos fazerem um estágio em empresas públicas e privadas do seu concelho.

Ensino Superior

- Alojamento
 - Promoção de habitação estudantil a preço acessível em edifícios onde residem pessoas idosas com duplo objetivo: Combate ao isolamento e aumento da oferta de habitação a baixo preço;
 - Isenção do IVA nos gastos variáveis (água, luz, gás) para os jovens com contrato de arrendamento a dividir com outros jovens, entre os 18 e os 25 anos;



- Atribuição de benefícios fiscais a senhorios que arrendem quartos a estudantes do ensino superior a preços acessíveis;
 - Articulação entre os Governos Regionais e o Governo da República para a criação de residências para estudantes deslocados das regiões autónomas.
-
- Promoção da internacionalização das para atingirmos melhores práticas de ensino;
 - Criação de um sistema de financiamento misto, permitindo às universidades e politécnicos maior autonomia financeira;
 - Criação de programas de apoios a estudantes deslocados e/ou com baixos rendimentos, através do estabelecimento de parcerias com o setor privado para a criação de bolsas e programas de financiamento;
 - Revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) por forma a reforçar a representação estudantil nos órgãos das Instituições de Ensino Superior, garantindo uma participação mais efetiva na definição das políticas e na governação das instituições;
 - Garantir que nenhum dos quatro corpos previstos para os órgãos das IES – professores e investigadores, estudantes, funcionários e antigos alunos – deve ter 50% ou mais da composição de um órgão eletivo responsável pela eleição do Reitor ou Diretor;
 - Revisão dos requisitos das instituições e do corpo docente, elevando os patamares de exigência para garantir maior qualidade na formação e investigação;
 - Garantir que as bolsas de estudo para o programa Erasmus+ estão alinhadas com o custo de vida dos países de destino, assegurando ainda, a implementação de subsídios adicionais para estudantes de origens socioeconómicas desfavorecidas, para garantir a igualdade de oportunidades;
 - Criação de plataformas digitais para simplificar os processos administrativos e promover maior transparência nos critérios de seleção relativamente ao programa Erasmus+;



- Promoção de programas de mentoria e cursos de língua e cultura para facilitar a integração dos estudantes internacionais que optam por fazer o seu período de Erasmus+ numa instituição de ensino superior em Portugal;
- Novo acesso aos cursos
 - Redução do peso dos exames na ponderação da candidatura ao Ensino Superior, entre os 30% e os 50%, deixando a faculdade escolher o valor;
 - Cada instituição pode escolher um outro método de avaliação que conte até um máximo 20%, como por exemplo case studies ou entrevistas;
- Saúde Mental
 - Criação de Gabinetes de Apoio Mental em todas as universidades e institutos politécnicos, com extensão às comunidades escolares de ensino secundário, em coordenação com as unidades de saúde mental dos hospitais de referência e em parceria com as universidades de psicologia da região;
 - Implementação do regime de teleconsultas na área de psicologia direcionada a jovens universitários de modo a facilitar a sua gestão e o acesso à ajuda psicológica em qualquer espaço e período temporal por todo o território português;
 - Trabalhar a saúde mental na ótica da prevenção, sustentada através de atividades que ajudem ao bem-estar emocional, como por exemplo o desporto;
 - Criação de um programa de incentivo à autonomia psicológica e emocional, com formação em gestão de stress;
 - Incentivar a consciencialização e formação de jovens universitários nesta área, de forma a que sejam capazes de sinalizar, apoiar e encaminhar outros jovens que manifestem problemas psicológicos para os serviços adequados;

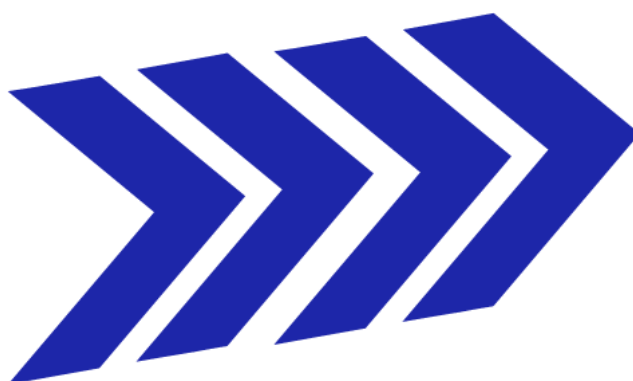


- Lançar uma campanha nacional de sensibilização para a saúde mental no ensino superior, com o objetivo de reduzir o estigma e promover a procura de apoio.
- **Desporto**
 - Reforçar o estatuto estudante-atleta
 - Tem direito a aulas de compensação, se forem consideradas pelos professores como imprescindíveis para o processo de avaliação e aprendizagem;
 - Realizar campanhas de sensibilização por todas as instituições para a prática e inscrição de grupos de desporto;
 - Desenvolver programas de desporto inclusivo nas universidades portuguesas, garantindo que todos os estudantes, independentemente das suas características físicas, possam participar em atividades desportivas.

Trabalhador Estudante

- Criação da plataforma “Captação de talento Jovem”;
 - Recolher informação de todas as empresas que procurem funcionários para trabalhos de nível júnior e que possam ser feitos por jovens ainda em formação, podendo ser considerado também o trabalho remoto.
- Rever o estatuto trabalhador-estudante:
 - Isenção de IRS para o trabalhador estudante até aos 25 anos com rendimentos máximos de 15000 euros.
- Promoção de ligações entre as escolas e os meios profissionais e sociais:
 - Aposta em feiras de empregabilidade que levem indústrias locais a aproximarem-se de futuros trabalhadores;

- Promoção de eventos culturais com forças vivas locais, como feiras do livro, teatros na escola, concertos, entre outros;
- Aposta no uso do espaço escolar como espaço de atividades extra curriculares emanantes da sociedade civil.
- Expandir a oferta de cursos em regime part-time nas universidades portuguesas, oferecendo mais flexibilidade para trabalhadores estudantes.



DO **DIZER**
AO **FAZER** >>

INDEPENDÊNCIA



JP

Um país que faz com que os seus jovens fiquem!

No processo de independência e emancipação de um jovem, conquistar o seu próprio trabalho e a sua própria casa representam um verdadeiro amadurecimento e desenvolvimento pessoal. Quando um jovem consegue garantir a sua fonte de rendimento, não só adquire estabilidade financeira, como também assume responsabilidade pela sua vida, escolhas e futuro. O primeiro emprego é muitas vezes um marco da transição da dependência dos pais ou familiares para uma autonomia que traz um sentido de concretização.

A casa própria é outro passo importante para a construção de uma vida independente. O espaço próprio proporciona liberdade, autonomia e responsabilidade, verdadeiros pilares que definem a vida adulta.

Estabilidade no trabalho e na vida pessoal são fatores essenciais para que um jovem consiga enfrentar os desafios que esta fase de vida apresentam. Equilibrar os desafios do dia-a-dia de maneira eficaz, aprender a resolver problemas de forma autónoma e consciente são sinónimos de aprendizagem e maturidade, procuradas pelos jovens. A independência não significa apenas uma conquista material, significa também uma conquista emocional e psicológica, que permite ao jovem enfrentar os desafios da vida adulta com confiança e resiliência.

Acesso ao Mercado de Trabalho

- Reformulação do programa INOVA+, garantia de estágios internacionais em empresas multinacionais portuguesas, por um período máximo de 24 meses, onde é mantida a residência fiscal em Portugal, para além disso obrigatoriedade de permanência em Portugal por um período igual à duração do estágio;



- Implementação do Programa Estagiar L ao território nacional (Atualmente aplicado na Região Autónoma do Açores);
- Subsídio ao salário para funcionários públicos que trabalhem em regiões mais periféricas ou de baixa densidade populacional (interior do continente), o subsídio será definido em função da perifericidade da região, indo até ao máximo de 20% do vencimento da função,. (Exemplo: Um médico na ilha de Porto Santo recebe 120% do salário);
- Benefícios monetários e de investigação a faculdades que consigam promover determinadas quotas (em percentagem) de alunos que fazem estágios ou trabalham durante o período académico;
- Isentar do pagamento de IRS por dois anos todos os jovens que nunca trabalharam em Portugal, mas que foram para o estrangeiro para trabalhar e decidam regressar ao país.

Reforma Fiscal

A reforma estrutural do sistema fiscal é absolutamente indispensável para recuperar a economia, a sustentabilidade do tecido empresarial e a competitividade em Portugal, com vista à modernização e desenvolvimento de Portugal face aos desafios da atualidade.

O sistema fiscal português, fruto de inúmeras alterações ao longo dos anos, perdeu a adequação face à nossa situação económica e social, bem como a coerência no panorama em que nos encontramos, tornando-se numa barreira ao desenvolvimento das empresas e de crescimento económico das famílias, por um lado ao penalizar o trabalho, a poupança e o investimento, e por outro lado, ao desincentivar o crescimento e a capitalização das empresas. O presente sistema fiscal prejudica, maioritariamente, as novas gerações, levando a saída da geração mais qualificada para outros territórios. Para além disso, nota-se a dificuldade de saída de casa dos pais, os problemas na habitação, a instabilidade profissional e, sobretudo, ao adiamento na entrada no mercado de trabalho das camadas mais jovens.

A prioridade do sistema fiscal deve ser promover mais crescimento económico, satisfação das necessidades sociais, maior justiça social, maior eficiência na tributação e competitividade, sendo que o sistema fiscal deve ser caracterizado como simples, transparente, compreensível para todos, ter baixos custos de administração e, acima de tudo, ser estável.

Propomos mais rendimento para as famílias e para as empresas através das seguintes medidas:

- Aumento dos limites da taxa adicional de solidariedade em sede de IRS de 2,5 %, aplicáveis sobre o rendimento coletável;
- Aumento do limite de isenção para € 18.000,00 para efeitos da retenção na fonte e de IVA para Trabalhadores Independentes;
- Reduzir, de 23% para 21%, a taxa de retenção na fonte de IRS aplicável aos rendimentos decorrentes das atividades profissionais previstas na tabela a que se refere o artigo 151.º do Código do IRS;
- Benefício fiscal em Segurança Social para as empresas que contratarem como efetivo um estagiário no final desse período, aumentando a retenção e performance do jovem;
- Benefício fiscal em sede de segurança social para empregos que mantenham práticas tradicionais do país e que corram perigo de extinção;
- Reforma do Programa Porta 65 Jovem, nomeadamente simplificação do seu processo de acesso, atualização dos valores à realidade atual e critérios para o respectivo acesso;
- Fim do Imposto do Selo;
- Garantia de que as horas extra são pagas com isenção de impostos até meio salário, a partir deste valor passam a ser tributadas de acordo com o regime normal, e para além disso possibilidade do pagamento de horas extra deve ser feito através de banco de horas que se refletirá ou em horário flexível ou em dias completos de férias;
- Incentivo para a capacitação e formação dos trabalhadores com a isenção de 20 % da TSU para atividades ou produtos de formação;
- Redução de tributação no que diz respeito aos PPR's;



- Contas ISA (individual savings account) com a finalidade de poupança junto dos Bancos, isentas de impostos sobre rendimento e sobre os juros pagos;
- Criação de mecanismos simplificados que evitem a dupla-tributação;
- Desagrarar a Derrama Estadual e a Derrama Municipal;
- Aumentar o consumo de eletricidade sujeito à taxa reduzida, com medidas especialmente atenuantes para as empresas, privilegiando as energias renováveis;
- Criação de incentivos à contratação de jovens através de redução de contribuições à Segurança Social;
- Criação de um estatuto fiscal para as empresas nacionais e estrangeiras localizadas no interior e fixação de uma taxa de IRC de 12 % para essas empresas que promovam emprego no interior ou regiões com baixos índices populacionais;

Atualmente em Portugal a complexidade do sistema fiscal desmotiva e por vezes afasta os contribuintes. Deparamo-nos, assim, com três grandes desafios no âmbito da simplificação fiscal: comunicação mais eficaz e permanente, aplicação dos recursos de forma mais eficiente, simplificação e digitalização dos procedimentos administrativos.

Propomos, assim, uma simplificação fiscal a ocorrer em três frentes:

- Simplificação dos procedimentos administrativos através de redução de burocracia contribuindo para aumentar o volume de respostas e, como tal, aumentar a eficiência, sem que as mesmas acarretem um aumento de carga para os funcionários públicos;
- Propomos a simplificação da tributação aos contribuintes com a disponibilização de instruções e informações para grande parte de situações tributárias de forma eletrónica, com avisos de instruções. Propomos apoio ao contribuinte no preenchimento adequado da declaração de IRS; aumento das comunicações com prazos para cumprimentos de obrigações declarativas e a sua harmonização - a simplificação dos procedimentos aduaneiros; a simplificação da declaração com Informação Empresarial Simplificada;

- Propomos ainda a implementação de apoio jurídico e de defesa junto da Administração Tributária em procedimentos de valor reduzido.

Jovem Trabalhador

- Fomento ao Empreendedorismo
 - Criar uma plataforma nacional de empreendedorismo onde os jovens possam partilhar ideias, procurar mentores e colaboradores, participar em competições de startups e encontrar oportunidades de financiamento;
 - Organizar um prémio nacional de empreendedorismo jovem, com várias categorias (inovação social, sustentabilidade, digital, etc.), que premie as melhores ideias e forneça apoio financeiro e logístico aos vencedores.
- Descida e simplificação do imposto sobre rendimentos das empresas (IRC), descida gradual durante um período de 6 anos até atingir um mínimo de 12%;
- Lançamento de uma linha de acesso ao crédito para empresas inovadoras (Startups) através do Banco Português de Fomento;
- Os rendimentos provenientes da cessão ou da utilização temporária de patentes, desenhos ou modelos industriais desenvolvidos em Portugal, deverão ser considerados apenas em 80% no cálculo do lucro tributável;
- Simplificação dos processos administrativos das empresas, através de um portal online suportado com IA, que guie as pessoas durante todo o processo sem que haja a necessidade de deslocação a qualquer lugar;
- Criação de uma Competição Estatal a nível Nacional para fomentação do empreendedorismo Jovem. Com escalões por idades. Prémio monetário para os vencedores e comparticipação (apoio) do Ministério da Economia/Ciência;
- Programa de fomento de cidades verdes. Apoiar na criação de empresas que fomentem cidades mais amigas do ambiente e que seja providenciado por empresas privadas com o apoio municipal. Exemplos:
 - Ciclovias e bicicletas públicas
 - Aulas de surf com limpeza de praia
 - Passeio de barco com limpeza de rio



- Agricultura sustentável / hortas comunitárias
- **História, Património e Cultura**
 - Isentar qualquer jovem até aos 35 de IVA ou IRC no lançamento de uma empresa que tenha como propósito o reconhecimento de cultura portuguesa;
 - Condecoração civil que reconheça o esforço de indivíduos e colectividades na preservação e transmissão daquela que é a nossa cultura popular e as tradições portuguesas;
 - Prémio monetário para os jovens com menos de 30 anos que criem obras que promovam a cultura nacional e que a mesmas sejam reconhecidas a nível nacional e internacional;
 - Estudo de modelos alternativos de financiamento do sector cultural, nomeadamente o modelo Britânico dos National Trust e os modelos de patronato espanhóis e brasileiros;
 - Reforma profunda da lei do mecenato a fim de aproximar a mesma das necessidades dos artistas e dos interesses dos empresários. Tal implica a promoção de uma discussão pública e séria sobre o assunto, aliada a uma reavaliação do “interesse cultural” das atividades;
 - Promoção de um concurso nacional com vista à exploração e valorização do património cultural edificado português.

Consolidação de carreiras

Todo o trabalho é digno e todas as carreiras profissionais merecem ser valorizadas.

Como sempre, queremos desburocratizar, simplificar e reduzir o peso e a maçada do Estado sobre quem trabalha. Queremos que o Estado não seja um entrave à progressão de carreiras no setor privado.

Mas considerando a dificuldade e falta de atractividade de certos percursos profissionais muito importantes para o país, estes merecem a nossa atenção para



perceber o que podemos fazer para que Portugal não veja certas áreas de atividade, como a agricultura, estagnar, definhar ou desaparecer.

A necessidade que Portugal tem de algumas profissões não se traduz diretamente no interesse dos jovens em ingressar nessas carreiras. É imperativo dar as melhores condições aos que querem, não apenas por convicção e sentido de missão, servir o País e adicionar à sociedade.

Depois de anos de desinvestimento e estagnação nos serviços públicos por parte dos governos do PS, com os péssimos efeitos que tem na qualidade de vida dos portugueses, há que considerar as condições de trabalho e salários daqueles que servem o país.

Compete ao país ajudar os jovens que o querem ajudar. Por isso, durante este mandato iremos apresentar propostas para tornar certas carreiras profissionais públicas mais atrativas para as novas gerações.

Assim, iremos avançar com soluções para carreiras como a dos bombeiros voluntários, militares, professores, agricultores, investigadores e profissionais de saúde.

Alguns das principais propostas:

- **Bombeiros Voluntários**
 - Aumento da remuneração diária auferida pelos bombeiros voluntários destacados no DECIR;
 - Remuneração horária dos bombeiros voluntários que participem num combate em incêndio ou operações de salvamento que ponham em risco a integridade física do bombeiro em questão.
 - Melhoria nos serviços logísticos de modo a poder garantir uma consistência das refeições servidas aos bombeiros destacados no DECIR.

- **Militares**

- Valorização salarial das carreiras das Forças Armadas, nomeadamente das carreiras de Praças e Sargentos;
- Investimento no marketing e propaganda militares, de modo a fazer chegar a mensagem de recrutamento das Forças Armadas, adequada à incerteza internacional, providenciando, por exemplo, tempo de antena razoável na televisão estatal, como acontece noutros países europeus;
- Investir em ações de consciencialização junto dos cidadãos, nomeadamente, dos mais jovens (para além da Futurália e do Dia de Defesa Nacional), visitando escolas e comunidades, promovendo o contacto mais próximo das Forças Armadas com a população, e elevar o seu estatuto e necessidade na mente dos cidadãos, executando, por exemplo, mais paradas militares.

- **Professores**

- Habitação para professores deslocados cedido pelas Câmaras Municipais;
- Informação de quotas necessárias em todas as regiões do país com previsão a 10 anos, oferecendo a melhor expectativa aos que se estão a formar alinhando a sua vida pessoal com profissional;
- Prioridade aos profissionais deslocados nas vagas dos seus filhos em creches, escolas, etc;
- Capacitar todos os professores de um mestrado lecionado em Universidade Pública para melhoria continua da formação e maior possibilidade de progressão.

- **Agricultores**

- Fundo Nacional de Instalação Agrícola Jovem com subsídios e empréstimos a juro reduzido para aquisição de terrenos e maquinaria;
- Queremos um programa remunerado de estágios para que os jovens alunos de cursos agrícolas trabalhem com agricultores experientes e



posteriormente tenham acesso ao Banco de Terras Agrícolas Jovens, dando acesso a terrenos públicos e privados a preços acessíveis

- Isenção de IRC e desconto de 30% na Segurança Social para novos agricultores nos primeiros 5 anos;
- A profissão de agricultor ser considerado trabalho de desgaste rápido para uma antecipada reforma;
- **Investigadores**
 - Criação de programas plurianuais de financiamento, para garantir previsibilidade às instituições de forma a contratar, a longo prazo, investigadores;
 - Criar um programa de comunicação científica, promovendo o reconhecimento social do trabalho dos investigadores e colocando Portugal no mapa para maior atração e investimento na área.
- **Profissionais de Saúde**
 - Garantir que as horas extraordinárias sejam remuneradas de forma justa, ou em valores monetários (Garantia do pagamento dentro dos prazos certos) ou em mais dias de férias, ou um conjunto das duas hipóteses;
 - Estabelecer limites para o número de horas extraordinárias trabalhadas pelos médicos, com o intuito de garantir a segurança dos profissionais e dos utentes, e evitar sobrecarga física e mental;
 - Criação da Carreira Pública de Médico Dentista no SNS com definição de um plano de carreira estruturado com categorias progressivas (Assistente, Assistente Graduado e Consultor);
 - Criação e implementação da especialidade de Medicina de Urgência, com a abertura das vagas necessárias e a formação de médicos especializados para a gestão das urgências hospitalares;



DO **DIZER**
AO **FAZER** >>

FAMÍLIA >>>>>

JP

A escolha mais importante, escolher Portugal!

“A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado”, proclama a Declaração Universal dos Direitos Humanos. E mesmo que não o dissesse, di-lo-íamos nós.

Por isso, defendemos que Portugal tem de ser um país onde é possível constituir família, onde a esfera de liberdade natural das famílias é respeitada e onde a família é valorizada como bem e valor.

A construção de um projeto de vida é um processo único e pessoal, onde as escolhas que fazemos moldam o nosso caminho e determinam o nosso futuro. Para muitos jovens, encontrar o local ideal para construir esse futuro é uma decisão crucial. É essencial que Portugal ofereça segurança, não apenas com estabilidade política e económica, mas também proporcionando real qualidade de vida a todos os que o escolhem para viver.

Portugal tem vindo, ao longo dos anos, a consolidar-se como um destino atrativo para quem procura novas oportunidades e isso também se deve a um sistema de saúde acessível, a uma educação de qualidade e a uma economia em crescimento. Além do nosso clima e da hospitalidade que caracteriza o povo português, a segurança e o bem-estar social são bases que garantem este desejo de estabelecer-se e criar raízes.

No foro pessoal, escolher Portugal como base para um projeto de vida deve significar a oportunidade de encontrar equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal. O trabalho não pode ser um entrave à família, mas sim um pilar que permita o equilíbrio entre as duas vidas.

O país tem de oferecer um mercado de trabalho dinâmico, especialmente nas áreas de tecnologia, do turismo e da inovação, preservando em simultâneo a tranquilidade e o encanto das suas cidades e regiões.



Em termos de segurança, a vida em Portugal tem de ser marcada pela paz social e pela baixa taxa de criminalidade, para que haja um ambiente propício para o desenvolvimento de uma vida pessoal e familiar e para que os jovens não temam andar inseguros pelas ruas.

Ter um projeto de vida no qual nos sentimos seguros, tanto emocional como financeiramente, é um passo importante para quem procura a estabilidade e a concretização dos seus objetivos. A escolha de Portugal deve refletir-se na construção de uma vida plena.

As famílias portuguesas merecem que o país as apoie com um conjunto de medidas que promovam, acima de tudo, a natalidade, garantam o acesso a serviços de saúde que funcionem como um suporte eficaz e reforcem a segurança

Apoio à Família

- **Natalidade**
 - Incentivo à natalidade com a isenção de IRS aplicável ao progenitor com maior rendimento (com um limite de 35000€) a partir do 3.º filho, enquanto o total dos dependentes totalizar 3 ou mais;
 - Reforço do abono de família;
 - Comparticipação a 100% de medicamentos destinados a tratamentos de fertilidade;
 - Transferência de 40% dos dias de licença entre os pais, para a melhor gestão familiar e com possibilidade de repartir os dias como for melhor para os pais nos primeiros dois anos de vida do bebé;
 - Direito a faltar ao trabalho até 60 dias consecutivos, a seguir ao nascimento de neto/a que consigo viva em comunhão de mesa e habitação e que seja filho/a de adolescente com idade inferior a 16 anos;
 - Aumento da licença de maternidade para um total de 7 meses;
 - Licença aos recém avós de um período de 30 dias consecutivos a serem usufruídos no 1.º ano de vida do bebé;



- Criar um veículo de fiscalização da conduta dos empregadores no que toca à discriminação face à maternidade (exemplos: se a mulher já sentiu que perdeu oportunidades de trabalho por ser mãe ou por querer vir a ser mãe; se a questionaram em entrevistas de emprego; se a obrigaram a não ser mãe durante um período temporal porque em teoria não poderia meter baixa; outras pressões psicológicas), incentivando a queixa/diálogo e penalizando de alguma forma este tipo de discriminação.
 - Garantir urgências de maternidade abertas 24h/7dias a cada 60 km de distância;
 - Linha de Apoio à Maternidade. Linha 24h/7dias, para apoio somente a grávidas e aos primeiros seis meses de vida do recém nascido, facilitando em caso de dúvidas com comportamentos, ações, medicação, entre outros. Fazendo uma primeira triagem para idas ao serviço de urgências, contactando diretamente os serviços em questão para reencaminhar as mães para centros abertos e com possibilidade de as receber, e facilitando o agendamento de consultas dedicadas e rotineiras durante o período de gestação, bem como a marcação de vacinas ou consultas do recém-nascido. Devem ainda estar disponíveis serviços de psicologia via chamada ou online, para melhoria da saúde mental das mães, para momentos de urgência e picos.
- Creches
 - Atribuição de um cheque creche a todas as famílias que possam socorrer-se do sector privado e social quando, por motivos de falta de vaga nas instituições, não conseguiram vaga;
 - Disponibilização de uma creche por concelho aberta durante a noite e ao fim-de-semana, atendendo às necessidades de cada município, sendo que este deve fazer o levantamento e abrir apenas tal valência se houver procura suficiente;



- Criar um programa de visitas domiciliárias para apoiar famílias na estimulação precoce das crianças, com foco na linguagem e no desenvolvimento socioemocional;
- Benefícios fiscais para empresas que possuem creches ao serviço dos seus colaboradores.

- **Adoção e Sistemas de Acolhimento**

Por uma política de acolhimento e adoção mais amiga da vida, das famílias e das crianças, propomos:

- Formação contínua para famílias de acolhimento e adoção: Desenvolver programas educativos obrigatórios que ajudem as famílias a entender as necessidades emocionais, psicológicas e físicas das crianças;
- Sensibilização comunitária: Campanhas públicas que promovam a importância da adoção e acolhimento, desmontando preconceitos e incentivando a participação de mais famílias;
- Trabalho em parceria para alcançar jovens que procuram ter família;
- Capacitar os CAFAP (Centros de Apoio Familiar e Acompanhamento Parental) quer quanto aos recursos disponíveis quer confiando nos seus técnicos para dar o acompanhamento mais adequado. Acresce, ainda, a possibilidade de as famílias recorrerem a este serviço voluntária e preventivamente;
- Equiparação em termos de apoio financeiro e acompanhamento técnico da medida de confiança à pessoa idônea (o acolhimento por parte de alguém que tem relação prévia com a criança) ao acolhimento familiar;
- Desburocratização: Simplificar o processo de adoção, priorizando estes processos em casos de sobrecarga dos tribunais, sem comprometer a segurança das crianças;
- Digitalização dos processos: Criar uma plataforma centralizada para acompanhar o progresso de adoção ou acolhimento, mantendo famílias informadas;
- Facilitar o acolhimento temporário de crianças em situações de crise;



- Preparação para o acolhimento: Formar famílias dispostas a receber crianças em situações transitórias, até que possam ser reintegradas à família biológica ou adoptadas.
- Harmonizar o número de dias de falta por morte de familiares, revendo em particular o grau de parentesco de irmãos.

Habitação

- Compra
 - Disponibilização do património público devoluto para venda a preços acessíveis, com a ressalva para todos os imóveis de interesse histórico e estratégico, considerando apenas imóveis com o máximo de cinco assoalhadas;
 - Criação de um portal imobiliário do estado, dando informações acerca dos imóveis públicos devolutos disponíveis para compra;
 - Disponibilização do PDM no portal imobiliário do estado
 - Alocação de 40% da receita obtida na tributação de mais-valias patrimoniais para construção de um parque habitacional público para compra;
 - Descentralizar poder de decisão e implementação dando espaço às autarquias para fazer parte do processo e agilizarem juntamente com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana;
 - Focar nas cidades em desenvolvimento e interior;
 - Estímulo à recuperação de casas pequenas e desatualizadas e sem eficiência/sustentabilidade, através de incentivos fiscais e da melhoria de acessibilidades e serviços, para as incluir no mercado real, reduzindo assim o número de casas vazias;
 - Aumentar as deduções em IRS dos juros do crédito à habitação;
 - Criar um regime de incentivos à construção para arrendamento;
 - Criação de incentivos ao investimento privado para aumentar a oferta de alojamentos estudantis a preços acessíveis, através da construção ou

reconversão de prédios com pequenas unidades habitacionais independentes, compradas por investidores individuais;

- Isentar o imposto de selo dos contratos de arrendamento;
- Simplificação dos processos de licenciamento de construção
 - Criar um regime de pré-licenciamento urbanístico

- **Arrendamento**

- Isenção de IVA e IRS aos senhorios que arrendam casa a jovens entre os 18 e os 30 anos. Fazendo com que baixem os valores para conseguir ir ao encontro do poder de compra dos mesmos;
- Criação ou integração de plataforma estatal para burocracia relacionada com nova construção e reabilitação de imóveis;
- Alocação de 40% da receita obtida na tributação de mais-valias patrimoniais para construção de um parque habitacional público para arrendamento;
 - Descentralizar poder de decisão e implementação dando espaço às autarquias para fazer parte do processo e agilizarem juntamente com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana;
 - Focar nas cidades em desenvolvimento e interior;
- Menos gastos
 - Descida do IVA sobre o gás e eletricidade para os 6%;
- Digitalização e desburocratização do processo de elaboração de contratos, de forma a combater o arrendamento fantasma.

Qualidade de Vida

- **Na Saúde**

O sistema de saúde português enfrenta inúmeras dificuldades relacionadas, além do mais, com escassez crescente de profissionais, nomeadamente entre os jovens médicos, enfermeiros e outros técnicos de saúde, devido à

emigração em massa destes profissionais de saúde; com falta de planeamento estratégico eficaz e a longo prazo; com precariedade laboral; com falta de estabilidade; com falta de integração plena no sistema público de saúde; com falta de garantia de prestação de cuidados de saúde de qualidade; com falta de condições de trabalho para os profissionais de saúde; com número excessivo de horas extraordinárias e a sobrevalorização das mesmas; com elevado fluxo de pacientes nas Urgências hospitalares que sobrecarrega o sistema de saúde; com a estigmatização da área de saúde mental; com a falta de literacia em saúde com uma população pouco capacitada; com a negligência da medicina dentária.

Para colmatar as dificuldades enunciadas, propomos:

- Criação do vale dentista de uso nos privados e/ou terceiro sector quando o SNS não é capaz de dar resposta nos prazos desejados;
 - Implementação de uma legislação semelhante à de Espanha, que obrigue a criação de um seguro de saúde para grávidas estrangeiras que queiram recorrer ao SNS para o acompanhamento da gravidez e parto, com cobertura mínima de seis meses de permanência no país;
 - Maior investimento em recursos relacionados com a área da saúde mental de forma a ter oferta de consultas nesta especialidade no SNS;
 - Criação da figura do psicólogo de família.
- **Cultura e Património**
 - Uniformização do imposto do IVA em espectáculos todos os espetáculos culturais e descer o valor para 4%, hoje em dia 6%;
 - IVA 0 nos livros, jornais e revistas (Regime para tanto livros, jornais e revistas físicas como digitais);
 - Implementação do bilhete de acompanhamento a preços reduzidos de forma que não criem prejuízo para o promotor mas que mantenham acessível a cultura para pessoas com necessidade específicas;
 - Sensibilização para a necessidade de ferramentas de auxílio às pessoas com deficiências visuais e auditivas em salas de espetáculo;



- Articulação com os municípios a fim de promover a criação de espaços multidisciplinares direcionados a jovens artistas. Estes podem ir desde espaços de ensaios, ateliês municipais, salas multimédia ou salas de espetáculo;
- Aposta na criação de um Museu Nacional de História Portuguesa e um Museu Nacional de História Natural;
- Criação de uma rede nacional e pública de “lojas cultura” que permitam o acesso a património cultural português, bem como a promoção de artistas emergentes;
- Criação de uma plataforma nacional com vista à promoção e divulgação de actividades, colóquios, palestras, artes performativas entre outras. O objetivo seria ter um espaço unificador das atividades culturais, facilmente acessível e passível de aquisição de bilhetes de entrada.

Segurança e Justiça

Sem Segurança não há Liberdade. E a Liberdade não tem preço.

Vivemos num contexto difícil: os últimos quinze anos trouxeram uma crise financeira mundial, uma crise migratória sem precedentes e à anormalidade do que se considerava um Sistema Internacional estável, mesmo com as suas falhas. Acrescenta-se a isto, uma guerra em solo europeu, tensões entre potências nucleares e o reavivar de um conflito centenário no Próximo Oriente, entre outros conflitos regionais.

Perante um cenário desesperante, é a função, dever e obrigação dos Estados, nomeadamente do Estado Português, de tranquilizar os seus cidadãos e assegurá-los de que dispomos das ferramentas necessárias para placar as ameaças externas e internas.

Sob a visão de que a Segurança é essencial à Liberdade, e que a Liberdade não tem preço, as propostas são:



- **Forças de Segurança:**

A segurança é uma das preocupações fundamentais dos cidadãos e uma das competências exclusivas do Estado.

O Governo da AD já alcançou acordos históricos para a valorização e apoio às forças de segurança. O CDS, que tem responsabilidade sobre esta matéria, orgulha-se do que já foi alcançado em menos de um ano da atual legislatura.

Contudo, ainda há muito que fazer para dignificar estas funções profissionais e torná-las mais atrativas para as novas gerações. Para isso, é necessário:

- Continuar a recuperação e capacitação das esquadras e postos da PSP e GNR,
- Investir no equipamento e frota disponíveis para as forças de segurança
- Rever a adequação do subsídio de fardamento
- Assegurar a real disponibilidade de apoio jurídico, médico e psicológico dos homens e mulheres que todos os dias arriscam a sua vida pela segurança dos cidadãos.
- Aumento da remuneração base auferida nas carreiras da PSP, nomeada na carreira de agente, de forma a valorizar a carreira, dignificar a profissão e atrair mais quadros para a estrutura;
- Aumento do investimento na compra e manutenção do equipamento necessário à prossecução das suas tarefas, principalmente do agente da polícia, nomeadamente o entrega completamente gratuita da farda e qualquer tipo de equipamento indispensável;
- Aquisição de câmaras portáteis de uso individual (CPUI/bodycams) de modo que toda a força policial disponha das mesmas, que registam a atividade policial e a interação entre os agentes e a população, de modo a aumentar a confiança entre ambos e facilitar as abordagens em ambos os sentidos;
- Acelerar e ampliar o esforço de rede de videovigilância nos grandes centros urbanos e zonas de criminalidade elevada;



- Tempo de antena na televisão estatal, de modo a difundir com maior alcance todas as suas iniciativas de segurança pública, incluindo uma ação de sensibilização nacional para o comportamento do polícia – o cidadão, ao saber as razões que justificam as ações dos polícias, podem vir a compreender melhor tanto as abordagens na rua, como a profissão no seu geral;
 - Intensificar as ações de recrutamento, com o objetivo de aumentar o número de polícias da carreira de agente de 17.735 para 20.000 efetivos até ao final desta legislatura.
- **Imigração**
 - Caminhar para a obrigatoriedade do domínio da Língua Portuguesa ou Inglesa no contrato de trabalho;
 - Obrigatoriedade de cursos de Língua Portuguesa para imigrantes que trabalham no atendimento ao público. Disponibilização gratuita do curso para os restantes;
 - Maior fiscalização em zonas críticas do país, onde há suspeitas de negócios de fachada e que por sua vez levam à exploração humana;
 - Ajustar os critérios para a emissão de vistos de trabalho, dando prioridade a sectores com carência de mão de obra;
 - Relançar o debate sobre as quotas migratórias para ser possível aferir quantas pessoas precisamos e com que perfil, de acordo com as necessidades do país;
 - Adotar medidas para combater a imigração ilegal em Portugal.
 - Maior fiscalização e incentivo à denúncia relativamente a casa utilizadas para imigração ilegal.
- **Justiça**
 - Dar maior acesso à justiça através de um voucher justiça, para casos considerados mais quotidianos, eliminando desigualdades;
 - Incentivos fiscais à venda de terrenos florestais não explorados ao Estado, para que não fiquem ao abandono;

- Incentiva à celeridade dos processos, especialmente os de teor mais quotidiano.

Estabilidade Financeira

- Sistema de investimento pessoal em projetos estatais voltados para o crescimento sustentável do país, funcionando como uma segunda via de poupança (vs certificados de aforro) mas também de investimento pois o estado retribuí com juros o que foi investido;
- Redução da tributação sobre os dividendos e ganhos de capital, criando regimes diferentes para ambos;
- Partilha do relatório da Conta Geral do Estado de forma mais simples e concreta. Os portugueses devem ter a clareza total de como é que os impostos estão a ser aplicados e utilizados;
- Criação de um regime especial de IRS para famílias numerosas;
- Aumento das deduções fiscais para despesas com educação;
- Plano de Diversificação de PME's e Industrialização através de subsidiarização e ensino profissional;
- Campanhas de sensibilização para maior capacitar os jovens do impacto das escolhas na sua saúde financeira, usando os meios públicos como a RTP.

Mobilidade

As áreas metropolitanas encontram-se, cada vez mais, congestionadas do ponto de vista dos serviços públicos ferroviários e rodoviários devido a décadas de degradação da oferta (em qualidade e capacidade), a subsidiação desproporcional das tarifas, bem como a falta de planeamento.

Como forma de solucionar este problema de pressão que tem vindo a agravar-se ao longo dos anos, propomos o seguinte:



- Incremento da oferta pública de transportes, através de investimento público: um sistema de planeamento tecnicamente bem fundamentado, perene e ambicioso;
- Aprovar planos de transporte intermunicipais/metropolitanos sob a alçada das CIM (Comunidades Intermunicipais)/AM (Áreas Metropolitanas) tendo em conta:
 - Objetivo a torná-las autoridades de transportes;
 - uma moldura de programação dos investimentos garantindo a sua execução no tempo (15 anos);
 - que imagine a integração dos diferentes modos de transporte à escala do pormenor, assegurando o reatamento dos mesmos;
 - coordene as infraestruturas de carácter intermunicipal (ex: estrada da circunvalação, Porto);
 - estude a expansão das redes de transportes (ex: metropolitano).
- Aprovação de um plano ferroviário nacional
 - como moldura de programação dos investimentos garantindo a sua execução no tempo (2050);
 - que ajude a pensar a infraestrutura ferroviária como uma rede integrando as ilhas ferroviárias existentes (linha de cascais, linha do vouga, etc) alavancando o seu valor;
 - que reconheça a dependência do serviço planeado da infraestrutura e vice-versa;
 - que promova a interoperabilidade geral do sistema (sinalização, catenária, bitola, geometria da via, quadro normativo e regulamentar) a nível nacional e internacional;
 - que constitua a coluna vertebral do sistema de transportes em Portugal articulando-se com o PN POT (Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território), transpondo a sua organização para os territórios, por forma a unir a faixa atlântica Peninsular num corredor de altas prestações; unir os principais aglomerados populacionais; alavancando as cidades médias e o interior promovendo a coesão do território (linha de trás os

montes, corredor vertical interior); adicionando ligações aos principais equipamentos geradores de tráfego (aeroportos, portos, outros); prevendo o reatamento com os outros meios de transporte (rodoviário, fluvial, aéreo, modos suaves, pedonal); interligando com o vizinho espanhol;

- que introduza redundâncias na rede e a prepare para operação sob constrangimentos;
 - que modernize o sistema existente ao nível das condições de via, das estações, das velocidades praticadas e de informação ao público;
 - que, consequentemente, induza à transferência modal;
-
- Tornar o sector ferroviário mais ativo, mais concorrencial, menos burocrático e mais liberalizado através do alargamento do número de licenças de exploração; da criação de incentivos em sede fiscal para o surgimento de novos operadores; e redução da burocracia relacionada com o licenciamento;
 - Criar um sistema de gestão dos serviços que coincida com a sua base territorial;
 - Instituir um planeamento territorial mais focado na continuidade urbana, na densidade e no uso misto do solo (usos residenciais, usos comerciais, etc);
 - Digitalizar a relação utente – operador, através da compra de bilhete em plataformas digitais;
 - Criação de um regulador mais independente, exigente, capaz tecnicamente e ambicioso;
 - Garantir que a mobilidade nos transportes publicos está acessível a pessoas com mobilidade condicionada;
 - Alargamento do subsídio social de mobilidade aos estudantes do território continental que estudem nas Regiões Autónomas;
 - Privatizar a TAP:
 - convergindo o interesse nacional com o interesse do acionista/comprador escolhido de acordo com os critérios de manter o HUB de Lisboa e explorar rotas para zonas com população lusodescendente e diáspora;
 - introduzindo critérios de gestão privados.



ESTRUTURA

A decorative graphic consisting of a series of blue chevrons pointing to the right, arranged in a slightly curved line below the word "ESTRUTURA".

No panorama atual é essencial que a Juventude Popular esteja preparada para enfrentar os desafios do presente e do futuro. Confiantes de que dispomos das capacidades certas, do saber fazer, da garra e da perseverança para superar os obstáculos que o mundo nos impõe, reconhecemos a falta de uma estrutura organizada e forte. Acreditamos que devemos melhorar a forma como trabalhamos internamente, como estruturamos o nosso trabalho, como aprimoramos a nossa capacidade de servir em prol dos nossos militantes e dirigentes.

Com efeito, temos como principais objetivos:

1. Muscular as distritais:

As estruturas concelhias necessitam do apoio de uma estrutura intermédia que expanda os valores da Juventude Popular no seu distrito. De uma forma próxima e cuidada esta estrutura será responsável por apoiar as concelhias eleitas a apresentar trabalho político e a criar momentos de interação entre elas, ao mesmo tempo que procura eleger novas concelhias e conquistar mais militantes.

Propomos:

- a. Fortalecer as distritais eleitas com apoio da equipa nacional;
- b. Eleger 6 novas distritais (3 por cada ano do mandato);
- c. Lançar pelo menos 4 campanhas de filiação ao longo do mandato.

2. Apostar na formação e discussão política

É crucial que a Juventude Popular dedique mais tempo a discutir política e a desenvolver propostas. Temos que garantir que os nossos pensamentos chegam à comunidade e são partilhados com os grupos que os podem implementar. Para isso temos que apostar não só na formação dos nossos militantes, mas também no contacto com jovens sem filiação que queiram aprender mais sobre o que defendemos.

Propomos:

- a. Fóruns políticos por temas (a apresentar em CNs);

- b. Lançamento de um curso de médio prazo com currículo, em parceria com o IDL;
- c. Renovar Escola de Quadros;
- d. Criação de grupos de trabalhos emanantes do congresso;
- e. Incentivo às ações locais.

3. Profissionalizar a organização de trabalho

À CPN e às restantes equipas nacionais urge melhorar a sua performance e qualidade de trabalho. A aproximação ao modelo de trabalho empresarial irá responsabilizar os membros nacionais, forçando a sua transparência perante os militantes, estruturas locais e colegas de equipa.

Propomos:

- a. Utilização de plataforma de comunicação profissional para trabalho (mantendo a gratuidade do uso);
- b. Obrigatoriedade da realização de atas de todos os momentos de reunião dos órgãos da nacional e apelo às restantes estruturas;
- c. Criar o Conselho Consultivo da CPN;
- d. Justificação de indicações pela nacional aos militantes base;
- e. Atualização dos estatutos da JP.

4. Triunfar nas eleições autárquicas

A JP tem, até ao dia de hoje, mais de 90 autarcas. Este número mostra a qualidade da nossa instituição. Mas os números não valem por si só, é preciso garantir que mantemos este resultado mas que também conseguimos apoiar e ajudar os nossos autarcas durante os 4 anos do mandato no seu duro trabalho de representar as suas comunidades.

Propomos:

- a. Manter 90 autarcas da JP nas eleições autárquicas;
- b. Fazer a volta nacional pelas autarquias com candidatos JP;



- c. Desenvolver uma base de políticas locais a serem apresentadas pelas estruturas;
- d. Encontro nacional de autarcas JP.

5. Aproximar os jovens à política

Os jovens têm uma visão negra da política, dos partidos políticos e em particular das juventudes partidárias. Esta ideia tem de ser desconstruída! Temos que conseguir mostrar que a política serve para servir o outro e não para outros se servirem dela. Temos que chamar mais jovens à nossa causa, garantido que conseguimos mostrar o valor do nosso trabalho ao mesmo tempo que valorizamos quem se junta a nós.

Propomos:

- a. Comunicar de forma simples para a nossa audiência “externa”;
- b. Desenvolver propostas próximas dos jovens;
- c. Ter o máximo de membros da nacional a escrever para artigos de opinião;
- d. Desconstruir a ideia de que estar na política não é merecedor.

6. Apoio às Estruturas Concelhias e Distritais

Ambicionamos mais do que ter mais estruturas eleitas - queremos mais estruturas ativas, que representem com elevação e façam crescer a marca da Juventude Popular.

Para as Estruturas Concelhias, propomos:

- a. Programa de Mentoria que capacite os militantes na respectiva redação de artigos de opinião e na organização de actividades locais de cariz político, como são os debates junto das escolas e associações, e as tertúlias organizadas com figuras reputadas. Este programa também servirá de apoio à representação da JP existente nos Conselhos Municipais de Juventude e nas Assembleias Municipais Jovens de todo o país - auxiliaremos os nossos representantes nas intervenções a realizar, com a maior atenção para as questões inerentes ao poder local.



Para as Estruturas Distritais, propomos:

- b. A realização de "Open Days" nos concelhos onde não exista uma estrutura local eleita, isto num espaço público de referência que permita dar a conhecer a JP e atrair novos militantes. Propomos, também, a realização de atividades inter-regionais que envolvam as estruturas concelhias eleitas, e que fomentem o debate político entre as mesmas.



A presente Moção de Estratégia Global está intrinsecamente ligada à estrutura que a representa. A implementação dos objetivos a que nos propomos depende da contribuição ativa e empenhada de uma estrutura que acredita no futuro das novas gerações e que compartilha o compromisso com as ideias propostas.

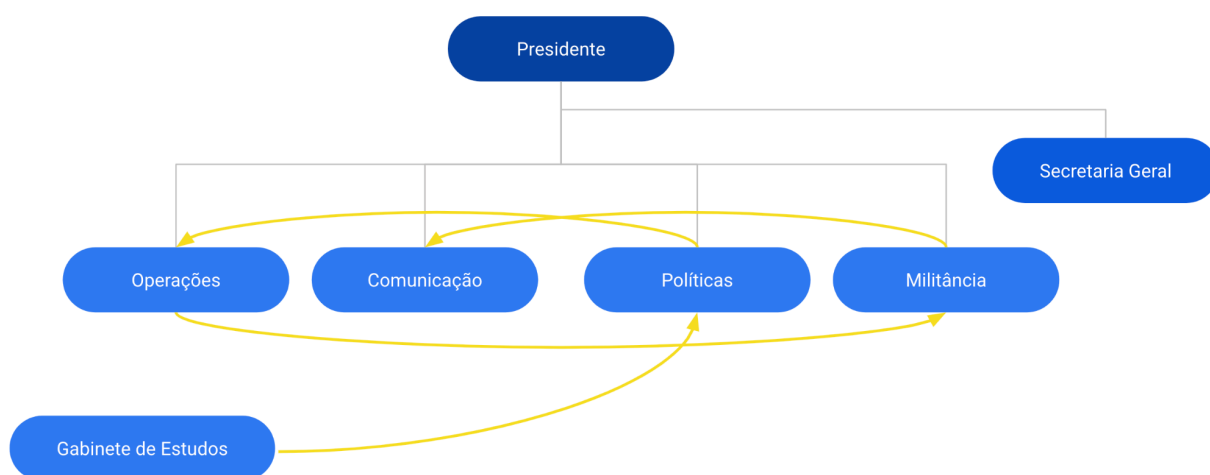
O organograma da Presidência da Câmara Municipal de Vila Rica é estruturado da seguinte forma:

- Presidência** (Núcleo Central)
 - Operações**
 - Adjuntos
 - Militância**
 - Adjuntos
 - Políticas**
 - Adjuntos
 - Comunicação**
 - Adjuntos
 - Secretaria-Geral**
 - SG Regiões Autônomas
 - Coordenação Autárquica
 - Adjuntos
 - Adjuntos
 - Chefe de Gabinete
 - Regiões Autônomas** (Ligadas por uma linha tracejada)
 - Gabinete de Estudos**
- Presidentes Concelhios** (Ligados por uma linha tracejada aos Adjuntos de Militância)
- Secretários Distritais** (Ligados por uma linha tracejada aos Adjuntos da Secretaria-Geral)
- Presidentes Distritais** (Ligados por uma linha tracejada ao Gabinete de Estudos)



importância para se entregar com a maior qualidade. O processo de trabalho da equipa, na ótica de criação de propostas políticas com impacto para os jovens é o seguinte:

1. O Gabinete de Estudos (GE) recolhe e trabalha informação que seja relevante para um tema político a partir de informação pública, recolha de testemunhos, entrevistas e práticas de outros países;
2. A equipa de Políticas com base naquilo que foi o trabalho do GE analisa a informação e concretiza uma ou mais propostas políticas que deem resposta ao problema;
3. A equipa de Operações testa, via simulação ou apresentação às entidades competentes, se as propostas construídas vão de facto ao encontro da solução do problema e se são praticáveis. Caso seja necessário ajuste a equipa de Políticas volta a ser envolvida;
4. A equipa de Militância partilha com os militantes da JP a/as proposta/s, antes de serem do conhecimento público, e com materiais de apoio para que sejam usados para melhor conhecimento das propostas;
5. Por fim, a equipa de Comunicação trabalha a comunicação para fora, através da comunicação social e redes sociais, dando a conhecer o que a JP defende.



De seguida, explicamos, de forma breve e concreta, as linhas estratégicas de cada equipa, para uma melhor compreensão relativamente à forma como se pretende

alcançar diversas políticas e a que órgão compete a prossecução de determinadas atividades e ações.

PRESIDENTE

No panorama geral em que nos encontramos é essencial que a Juventude Popular tenha uma liderança que se destaque pela capacidade, representatividade, comunicação e, acima de tudo, por uma visão estratégica a longo prazo e diretamente vocacionada. As vocações de representação e de direção são características inerentes à Presidência da Juventude Popular, sendo igualmente imprescindíveis e complementares entre si no exercício deste cargo.

Acreditamos que o cargo de Presidente da Juventude Popular tem as seguintes funções:

- **Relações Públicas e Comunicação** que correspondem à representação da Juventude Popular em eventos públicos, nos meios de comunicação, em entrevistas e nos comunicados de posição que a Juventude Popular assume, pressupondo capacidade de resposta aos desafios do dia a dia que surgem;
- **Diálogo** enquanto instrumento para a manutenção da harmonia social e política;
- **Gestão e Liderança Estratégica** assumem um pressuposto da capacidade de definir a visão e a direção estratégica do mandato, alinhando-a com os valores e objetivos da doutrina ideológica e política da Juventude Popular.

Para além de todas as operações diárias da organização de forma eficiente e eficaz, as seguintes características correspondem a outras funções e responsabilidades do cargo de Presidente da Juventude Popular, nomeadamente:

- **Tomada de Decisões** mormente na Presidência das reuniões da Comissão Política Nacional, convenções e comités executivos. Implica, ainda, a tomada de decisões sobre políticas, candidaturas, alianças e estratégias eleitorais;
- **Negociações e Alianças** fundamentais para reforçar e aumentar a visibilidade da posição da Juventude Popular e promover as suas políticas;



- **Arrecadação de Fundos**, em conjunto com o Secretário-Geral, trata-se de uma tarefa fundamental para garantir a sustentabilidade e o crescimento da Juventude Popular. Com enfoque na supervisão e na participação de esforços de arrecadação de fundos para financiar as atividades da instituição, campanhas e infraestrutura diretamente com o Secretário-Geral, a tarefa engloba desenvolver uma estratégia e um plano de arrecadação alinhado com os objetivos gerais da Juventude Popular, designadamente, na criação de campanhas para arrecadação de fundos como eventos ou venda de materiais de marketing, com a respectiva avaliação de resultados;
- **Representatividade**, uma das pedras angulares da liderança da Juventude Popular, impõe que quem exerça a função de Presidente seja um verdadeiro porta-voz dos jovens, articulando as suas preocupações e reivindicações e traduzindo-as em propostas políticas concretas.

O desempenho da função de Presidente de uma juventude partidária implica, também, a promoção de um ambiente de comunicação ativa, pelo que, propomos a criação de diversos canais de comunicação como Fóruns Distritais, Nacionais, Tertúlias, Comunicação via plataformas digitais, Grupos de Trabalho e reuniões mensais com Presidentes Distritais.

Por fim, um dos papéis relevantes do cargo de Presidente da Juventude Popular traduz-se no **desenvolvimento de novos quadros dentro da Juventude Popular** e na promoção de um ambiente de aprendizagem contínuo de modo a garantir a continuidade da Juventude Popular. Com este propósito, propomos implementar **Fóruns Políticos**, em articulação com a mesa do Conselho Nacional e Comissões Políticas Distritais, que configuram verdadeiros programas de formação e oportunidades de transmissão de conhecimento, servindo igualmente de fóruns de discussão de assuntos de relevo nacional ou local. Os Fóruns Políticos poderão ser solicitados por qualquer militante, que ficará responsável por colaborar na logística necessária à sua realização e organização, sob a supervisão de um dos membros da Mesa do Conselho Nacional ou de um Conselheiro Nacional à escolha do Presidente da Mesa do Conselho Nacional e da respectiva CPD, se eleita.



SECRETARIA-GERAL

A Secretaria-Geral desempenha um papel estrutural em toda a Juventude Popular, assumindo-se como ponto de coordenação e de articulação entre os diversos órgãos.

Com efeito, compete à Secretaria-Geral:

- **Gestão eficiente e estratégica dos recursos financeiros**, humanos e materiais, assumindo esta um papel central na eficiência operacional da Juventude Popular. Em colaboração estreita com a Vice-Presidência da Militância, a Secretaria-Geral promoverá condições para o desenvolvimento e a cooperação entre os militantes. Além disso, em parceria com a Vice-Presidência de Operações, coordenará a gestão dos recursos materiais, garantindo que todos os bens e infraestruturas sejam utilizados da melhor forma;
- **Coordenação Executiva** que inclui a responsabilidade de supervisionar a organização interna da Juventude Popular e a execução das suas atividades. Trata-se por isso de um órgão crucial para garantir que das atividades a realizar pelos diferentes órgãos da Comissão Política Nacional funcionem de forma integrada. Acresce a isto que a Secretaria-Geral acompanha e apoia as estruturas locais, assegurando a manutenção de uma presença ativa e eficaz da Juventude Popular em todas as regiões do país;
- Promoção da **Mediação e a Resolução de Conflitos** de modo a garantir a existência de harmonia dentro da Juventude Popular. Acreditamos que o papel da Secretaria-Geral passa também pela mediação de conflitos internos e externos que envolvam a Juventude Popular, promovendo sempre o diálogo construtivo e assegurando que os conflitos sejam resolvidos de forma diplomática.
- Zelar pelo **Cumprimento dos Estatutos e Regulamentos** da Juventude Popular bem como das Diretrizes emanadas pela Comissão Executiva e pela Comissão Política Nacional. Ademais, a Secretaria-Geral trabalhará em colaboração com a Vice-Presidência de Militância para fornecer apoio contínuo a todos os membros e garantir que estes conhecem as suas obrigações e os seus direitos;



- **Implementação de 6 Novas Distritais** – Leiria, Santarém, Viana do Castelo, Coimbra, Faro, Setúbal –, visto que a criação de mais distritais é fundamental para o crescimento e fortalecimento da Juventude Popular por várias razões estratégicas e operacionais, nomeadamente a proximidade com as estruturas locais, a criação e mobilização de novos quadros e inerente aumento da participação democrática e o fortalecimento da rede nacional da Juventude Popular, com consequente obtenção de maior alcance e visibilidade para as nossas ações, propostas e políticas;
- **Implantação Nacional** através da criação de mais estruturas locais e distritais robustas e motivadas por todo o país como vetor para o fortalecimento da Juventude Popular e para uma melhor prossecução dos seus objetivos;
- **Adotar Novas Formas de Financiamento** para garantir a sustentabilidade financeira da Juventude Popular e ampliar a capacidade de ação através de:
 - Criação de uma loja online dedicada à venda de merchandising oficial e personalizado, que promoverá a marca da Juventude Popular e a sua mensagem;
 - Venda da “Revista A Popular/J ” com comentários e artigos de opinião políticos;
 - Venda de materiais políticos, nomeadamente livros, brochuras e outros produtos institucionais que nos permitam simultaneamente promover a imagem e a marca da Juventude Popular e angariar fundos para novas ações;
 - Criação de relações sólidas e duradouras com os nossos potenciais apoiantes que nos permitirão, em vez de recorrermos a pedidos esporádicos de apoio, estruturar uma rede de apoio organizada. Esta abordagem permitirá que os nossos apoiantes séniores estejam mais envolvidos, sintam que são parte integrante da nossa missão e possam contribuir de forma consistente para as nossas ações;
 - **Gestão e Coordenação na Elaboração de Novos Estatutos** da Juventude Popular. Neste sentido, é também responsabilidade da Secretaria-Geral a nomeação das pessoas que terão a importante tarefa

de redigir os novos estatutos, selecionando indivíduos com o conhecimento técnico e o entendimento profundo da organização.

No que diz respeito à Elaboração dos Novos Estatutos, propomos as seguintes alterações de fundo:

- **Redução para 1/3 das Comissões Políticas Concelhias eleitas para constituir uma Distrital** ou, em alternativa, na possibilidade de constituição de Órgão Distrital baseado na existência da representação concelho, elevando a importância do “Coordenador Concelhio”. No âmbito da implementação territorial, a eleição das estruturas distritais ocorre quando se verifica a existências da maioria das Comissões Políticas Concelhias constituídas. Esta medida, além de ser extremamente limitadora à criação de novas distritais, é também ela, diferente dos estatutos do partido;
- **Redução para 3 do número mínimo de militantes para a constituição dos Órgãos Concelhios.** Os estatutos vigentes obrigam a constituição dos órgãos concelhios havendo um número mínimo de cinco militantes. Sendo esta imposição limitativa e constituir a diferença entre implementação de uma estrutura local, para além dos estatutos do partido preverem a possibilidade de constituição de órgãos concelhios com três membros, propomos esta alteração;
- **Alteração da nomeação e das funções do Coordenador/Comissão Distrital.** Atualmente, o Coordenador Distrital ou Comissão Distrital são nomeados pelo Secretário-Geral da JP, contrariamente ao que acontece no partido, em que é a Comissão Executiva que faz a nomeação, não obstante ser sob proposta do SG. E embora o objetivo último seja sempre cumprido, ou seja, atribuir uma representação distrital no distrito, esse poder representativo fica circunscrito às fronteiras do mesmo e não é devidamente representado dentro da própria casa. Nesse sentido, a proposta pretende dotar o Coordenador Distrital ou a Comissão Distrital de uma legitimidade mais formal, fazendo com que a sua nomeação pelo SG careça de **aprovação expressa em deliberação da CPN**, e que esta se traduza numa verdadeira representação distrital, atribuindo inerência ao Coordenador Distrital, ou ao Coordenador da Comissão Distrital,



naqueles que são os órgãos deliberativos e fiscalizadores da Juventude Popular, nomeadamente aos Conselhos Nacionais e Congressos;

- **Alteração da nomeação e das funções do Coordenador Concelhio.** Atualmente, não se verificando a existência de CPC, a representação concelhia é assegurada por um Coordenador Concelhio, nomeado pelo Secretário-Geral da JP, sob proposta do Secretário Distrital em exercício, ou pelo Coordenador Distrital. Uma vez mais o argumento é de que esta representação concelhia, fica circunscrita às fronteiras do concelho, e no caso de não existir uma distrital, atualmente, ou uma coordenação distrital, no caso de aprovação da proposta supra, não existiria forma de defesa dos interesses deste concelho dentro das fronteiras da Juventude Popular. Propomos, à semelhança daquilo que se pretende com o Coordenador Distrital, fazer depender a nomeação pelo SG de **aprovação expressa em deliberação da CPN** e, ainda, legitimar a posição do Coordenador Concelhio de forma a que este tenha inerência aos Conselhos Nacionais;
- **Criação do Coordenador Nacional de Núcleos.** Criação de uma figura que coordene os Coordenadores de NEP a nível nacional, de forma a estimular as iniciativas e desenvolvimento dos mesmos;
- **Criação da figura do Encarregado da Proteção de Dados.** A criação da figura do Encarregado da Proteção de Dados (EPD) com o escopo de: i) aplicar e fiscalizar a aplicação do normativo vertido no RGPD; ii) informar e aconselhar as pessoas responsáveis pelo tratamento de dados e as suas obrigações; iii) servir como ponto de contacto com as Autoridades responsáveis pela fiscalização relativamente ao tratamento de dados; iv) Administrar a base de dados de Militantes;
- **Criação de procedimento a adotar em caso de estruturas inativas.** No caso de estruturas distritais eleitas, mas inativas, entenda-se por inativas, a falta de convocação das reuniões ordinárias a que passarão estar obrigadas, as Concelhias ou os Coordenadores Concelhios poderão solicitar, fundamentadamente, à Secretaria-Geral a convocação de eleições, desde que essa solicitação seja apoiada pela maioria. Na ausência dessa maioria, a proposta será submetida pela SG à Comissão Política Nacional, que procederá



à devida averiguação. No caso de tratar-se de uma estrutura concelhia eleita, mas inativa, qualquer militante da respectiva concelhia poderá denunciar a situação à SG, que após devida verificação dos factos, terá o poder de deliberar no sentido da convocação, ou não de eleições;

- **Subordinação ao Conselho de Fiscalização e Jurisdição.** Não obstante atualmente ser uma função da Secretaria-Geral, a recepção e coordenação dos dados de militantes, a criação da figura do Encarregado de Dados, irá permitir, enquadrando-o dentro do departamento de Fiscalização e Jurisdição, a subordinação da verificação do cumprimento dos requisitos de novas filiações e pedidos de transferência ao Conselho de Fiscalização e Jurisdição;
- **Periodicidade mínima e forma das convocatórias para reuniões dos Órgãos Executivos.** De forma a combater aquilo que algumas das vezes acontece após a eleição de uma estrutura, nomeadamente, inatividade ao fim de poucas reuniões/iniciativas, propomos que a previsão estatutária do artigo 52.º passe a abranger essa mesma obrigatoriedade a todos os Órgãos Executivos, nomeadamente, CPDs e CPCs, de forma a garantir que as estruturas se mantêm ativas na implantação territorial e na expansão da marca da JP;
- **Implementação de prazos para resolução de conflitos.** A intenção é sempre de que qualquer conflito que surja, seja resolvido no menor período de temporal possível, não obstante, atualmente os nossos estatutos não prevêem um prazo para essa resolução, o que por muitas vezes, poderá gerar longos atrasos, a nossa proposta, é de que se preveja estatutariamente um prazo máximo (proposta: 45 a 60 dias), desde a comunicação do processo ao respectivo órgão, até à sua conclusão.

A Transparência Contabilística é fundamental para garantir a credibilidade e o bom funcionamento contabilístico da Juventude Popular. Assim, é essencial dotar a estrutura de alguém com **formação na área financeira enquanto Tesoureiro** como forma a garantir que a gestão dos recursos é realizada por alguém com a competência técnica necessária para assegurar uma gestão sólida e eficaz.

De entre as funções do Tesoureiro destacamos:



- Organização e a monitorização das contas da Juventude Popular;
- Partilhar o estado da saúde financeira da Juventude Popular. Esta partilha regular deverá ocorrer em sede do Conselho Nacional, onde, além de apresentar o panorama financeiro, serão discutidos futuros gastos e investimentos, permitindo que os militantes contribuam com sugestões.

À luz dos princípios de uma boa e prudente gestão e de transparência contabilística, sempre com o objetivo de responsabilidade e prestação de contas, propomos a Criação de **Orçamentos Específicos para cada Equipa da Comissão Política Nacional**, ajustados ao respectivo plano de atividades.

De um ponto de vista informático, impera a necessidade de **renovação de base de dados** de todos os militantes da Juventude Popular, que se encontra desatualizada e ultrapassada e, nessa medida, dificulta o funcionamento quotidiano da Juventude Popular e da própria Secretaria-Geral. Assim, propomos a Modernização de Base de Dados e a Alteração do Servidor como medidas indispensáveis para a prossecução das atividades da Juventude Popular, sendo isto fundamental para garantir um bom funcionamento da Juventude Popular.

A Juventude Popular deve continuar motivada a garantir a sustentabilidade da sua agenda interna. Como tal, pretendemos automatizar diversos processos, reduzindo assim sua pegada ecológica, os custos financeiros relacionados ao uso de papel e plásticos e o risco de perda de documentação avulsa essencial ao funcionamento das suas estruturas. A título de exemplo, propomos a implementação de um **Cartão de Militante Virtual**.

Ainda no âmbito das medidas de Digitalização e Organização, propomos a criação de um processo digital de gestão de informações para a Secretaria-Geral, permitindo que os documentos e os dados sejam facilmente trabalhados e consultados em qualquer lugar. Essa digitalização facilitará o acesso à informação, melhorará a eficiência operacional e permitirá uma colaboração mais eficaz entre todos.



OPERAÇÕES

Acreditamos que o **foco no planejamento estratégico** dos projetos configura uma mais-valia fundamental para a estrutura da Juventude Popular. O sucesso de qualquer organização assenta, em grande medida, na capacidade de definir objetivos claros, alocar recursos de forma eficiente e monitorizar continuamente os resultados alcançados. Neste sentido, propomos a criação de uma Vice-Presidência de Operações, concebida para potenciar a coordenação interna, otimizar processos e garantir a implementação eficaz das iniciativas da Juventude Popular.

A Vice-Presidência de Operações terá como funções primordiais o planejamento, a gestão e o acompanhamento operacional de todos os projetos e atividades da organização. Esta estrutura será responsável por desenhar estratégias que promovam a coerência entre as diferentes áreas de atuação, assegurando que cada iniciativa esteja alinhada com os objetivos globais da Juventude Popular. Para tal, será essencial o desenvolvimento de metodologias de trabalho baseadas em **análises rigorosas, diagnósticos precisos e avaliação contínua de resultados**, permitindo uma tomada de decisão informada e sustentada.

Adicionalmente, esta Vice-Presidência terá um papel determinante na promoção da inovação dentro da organização. A capacidade de antecipar tendências, identificar oportunidades de melhoria e implementar soluções criativas será crucial para o crescimento e a modernização da Juventude Popular. Assim, pretende-se fomentar uma cultura organizacional dinâmica, orientada para resultados, mas também para a experimentação de novas abordagens e para a adaptação às mudanças do contexto político e social.

Por fim, a Vice-Presidência de Operações atuará como um elo de ligação entre a liderança da Juventude Popular e as suas diferentes estruturas locais e temáticas, promovendo a partilha de boas práticas, a disseminação de conhecimentos e a coordenação de esforços. O objetivo é criar um modelo de gestão integrado e eficiente, que não só otimize o desempenho interno, mas também contribua para o



reforço da presença e da influência da Juventude Popular no panorama político nacional.

- **Gestão de Projetos no âmbito da prossecução das atividades** da Juventude Popular. Assumirá a função de supervisão e monitorização dos mesmos, por forma a que estes cumpram os prazos e orçamentos estabelecidos. Ex: Conselhos Nacionais, Escola de Quadros, etc;
- **Planeamento Estratégico** que permite o alinhamento das operações com os objetivos da Juventude Popular. Assim sendo, para a prossecução do planeamento estratégico da Juventude Popular esta equipa garantirá um desenvolvimento e uma implementação eficaz de estratégia organizacional através da análise dos dados e das métricas que permitirão identificar áreas que necessitam de melhoria e oportunidades de crescimento;
- **Melhoria Contínua da estrutura** da Juventude Popular e das suas atividades, mediante a monitorização das métricas das atividades em curso e a introdução de novas iniciativas, nomeadamente com recurso a novas tecnologias;
- **Cooperação estratégica** com as equipas com competências na gestão de eventos, nomeadamente nas dimensões logística, financeira e comunicacional;
- **Revisão da Escola de Quadros**, tendo em conta expectativas e feedback dos militantes, e conjugando com uma proposta que integre uma nova abordagem, assente numa análise rigorosa, orientada para a inovação e para o fortalecimento das competências estratégicas.



COMUNICAÇÃO

Pode parecer adicional e não imperativo, mas é na comunicação que se encontra a mostra de tudo o que uma Organização/marca faz. **Só uma comunicação com estratégia e profissional permite revelar igualmente profissionalismo no que se realiza diariamente.** Desta forma, sendo esta uma das maiores responsabilidades, uma comunicação apelativa é essencial para a Juventude Popular, pois fortalece a transparência, a interação e promove a confiança e o compromisso. Uma informação clara e transversal a respeito dos eventos, das atividades a realizar e das tomadas de decisão, bem como das posições políticas da Instituição, dá visibilidade à Estrutura, atrai militantes, permite que mais vozes sejam ouvidas e tidas em consideração na Sociedade, e promove a troca de conhecimento.

A Vice-Presidência da Comunicação terá como principais objetivos informar sobre o conteúdo programático e promover as mensagens-chave da Juventude Popular, no que ele concerne aos valores, posições políticas, entre outros, bem como construir narrativas que espelhem estas mesmas mensagens. Para isso, deve assumir as funções de Gestão de Redes Sociais, Produção de Conteúdo, Copywriting, Assessoria de Imprensa e Relações-Públicas.

Compreendem-se os seguintes objetivos/funções:

- **Comunicação Interna e Externa** das políticas e propostas da Juventude Popular, garantindo um aumento da consciência social e o aumento da relevância da Instituição no quadro nacional;
- **Fortalecimento de Relações com os meios de Comunicação Social** de modo a garantir uma cobertura e alcance da JP em canais tradicionais; alinhamento de entrevistas e escolha de porta-vozes;
- **Produção de Materiais de Comunicação** nomeadamente comunicados internos e externos, discursos, vídeos e outros conteúdos multimédia dirigidos ao público interno e externo – o que permitirá disseminar informações transversalmente em vários canais e de forma acessível;



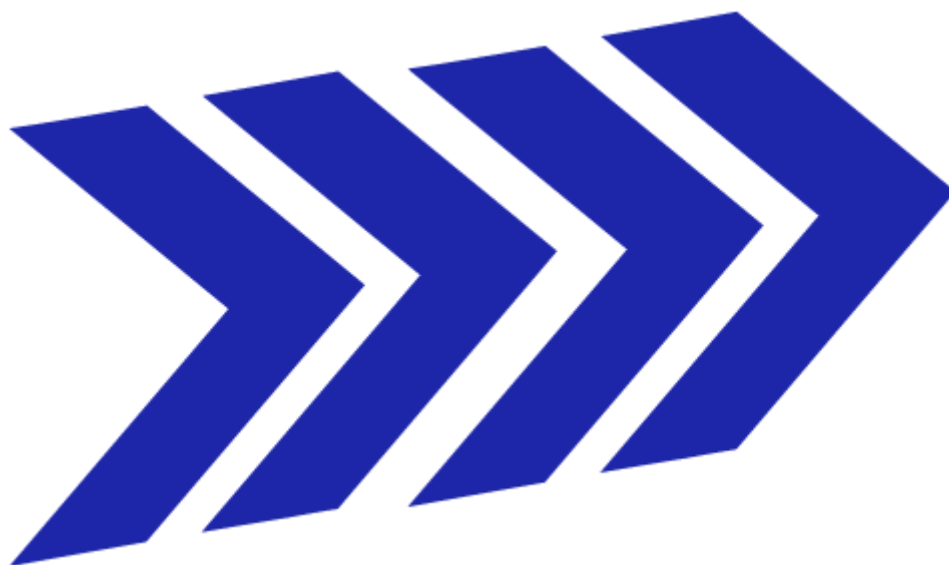
- **Gestão de Crises**, que se traduz na reação em situações de crises políticas que necessitem de uma tomada de posição, de forma estratégica, privilegiando a proteção da imagem e reputação da Juventude Popular e a veiculação de resposta pelos canais mais adequados num contexto urgente e atribulado;
- **Coordenação da Comunicação de Campanhas Eleitorais**, garantindo, em cooperação com as restantes equipas, a total articulação entre os vários aspetos logísticos de uma campanha, nomeadamente a produção de materiais, a indicação de militantes a participar em debates e demais ações de campanha, bem como a concretização de planos de comunicação alinhados com a estratégia de cada campanha.

Propomos ainda:

- **Criar uma Linha de Merchandising** para venda, considerando a implementação de Identidade Gráfica clara da Juventude Popular (que não desvirtue aquilo que já é a marca JP), garantindo a coesão e o fortalecimento da imagem em Portugal;
- **Disponibilizar guias de uso de materiais e de boas práticas de comunicação** e Analisar os Canais de Comunicação já existentes, com a responsabilidade de manter, eliminar ou adicionar o mais indicado;
- **Desenvolver um Canal de Contacto Direto** para aproximar os jovens à estrutura e permitir o acesso à comunicação direta e rápida com a Juventude Popular nacional, com vista a responder a questões, partilhar sugestões/informações, eliminando barreiras mais formais;
- **Formação nas áreas de Comunicação**, com o objetivo de permitir aos militantes o desenvolvimento de competências de comunicação oral, escrita e digital, para que sejam cada vez mais proativos nas suas estruturas e percurso político;
- **Criar um novo Website Oficial**, considerando ser importante centralizar as informações e os recursos básicos numa plataforma mais intuitiva, atualizada e de fácil navegação;
- Elaborar uma **Newsletter Moderna e Interativa** da Juventude Popular, para que passe a incluir diretamente no e-mail as informações sobre a Comissão Política



Nacional, o trabalho e as atividades realizadas nacional, distrital e localmente, com um design atrativo e bem estruturado, de fácil compreensão e visual apelativo. Alguns dos conteúdos serão ainda destaques do mês, entrevistas, oportunidades de participação, próximos eventos e uma secção interativa, com FAQ's.



POLÍTICAS

A Vice-Presidência de Políticas da Juventude Popular deve contribuir para o Desenvolvimento de Políticas Públicas através da análise aos desafios e às necessidades que afetam a juventude e a sociedade, propondo soluções que reflitam os valores e a ideologia da Juventude Popular.

Acreditamos, em primeiro lugar, que esta deve ser uma equipa de trabalho contínuo, que **promova o pensamento político** da Juventude Popular. Assim, o centro de atuação desta Vice-Presidência será a **construção de propostas políticas em todas as áreas relevantes**, nomeadamente em matérias que afetam mais o quotidiano dos jovens em Portugal, áreas como a educação, emprego, habitação, fiscalidade, saúde e empreendedorismo, sendo que na elaboração destas propostas teremos sempre como base os valores que nos regem.

Para atingir os objetivos a que nos propomos:

- **Estabelecer Relações Estratégicas com instituições** de cariz social, empresas, organizações políticas apartidárias e outras entidades, vemos isto como um ponto chave no contexto atual da Juventude Popular. Procuramos a colaboração com estas instituições com o objetivo de aproximar as propostas e o trabalho desenvolvido pela Juventude Popular da vida cível, do quotidiano das pessoas, pois acreditamos que só estando próximo e colaborando com quem está todos os dias com a sociedade civil é que podemos desenvolver propostas realmente úteis e que respondam às necessidades das pessoas;
- **Uma Iniciativa denominada “Ouvir Popular”**, que consiste em rondas de debate, por diversas localizações do país, tendo em conta as sensibilidades de cada região (por exemplo, Mobilidade em Braga e Problemas de seca em Faro). Queremos realizar este debate numa simbiose entre os jovens populares e pessoas externas, especialistas na matéria em debate, para que assim haja o máximo de diversidade de pensamento o que consequentemente irá enriquecer as propostas;



- **Encarar a Advocacia e Lobbying** como uma prática saudável de defesa de políticas públicas perante outros líderes políticos, organizações da sociedade civil, sector privado e sector público em geral. Esta prática será útil enquanto ferramenta para a obtenção de apoio para a implementação de políticas mais favoráveis aos jovens.

Finalmente, a Vice-Presidência de Políticas pretende deixar um marco na História da Juventude Popular com a criação de vários contributos documentais para a nossa estrutura. O primeiro assumirá a forma de um **Documento de Pensamento Político**. Este documento consistirá num memorando estratégico a longo prazo, que terá por base o estado do país, o caminho que propomos seguir em várias temáticas e os pontos fulcrais onde não podemos falhar. Para além disto, esta equipa ainda se propõe desenvolver, de um ponto de vista informativo, um **Plano de Políticas Generalistas** da Juventude Popular para facultar às estruturas, com medidas garantidamente em consonância com os ideais e valores da nossa organização e que poderão ser apresentadas em qualquer parte do país, tendo aqui uma grande base de apoio por parte quer do Gabinete Autárquico quer do Gabinete de Estudos. Este documento permitirá uma mais fácil articulação para comunicação da mensagem da Juventude Popular em variadas ocasiões. O documento servirá também para consulta, facilitando o acesso dos militantes, a qualquer momento, às posições mais atuais da Juventude Popular relativamente a cada matéria.

Por último, a Vice-Presidência de Políticas acredita que uma Juventude Popular deve estar preparada para agir em qualquer circunstância. Assim, a elaboração de uma “**Cartilha Política**”, enquanto ferramenta fundamental para capacitar os militantes que representam a Juventude Popular, designadamente num Conselho Nacional da Juventude ou numa Associação de Estudantes, e através deste último acabar por ser uma base de apoio aos NEPs, também configura o leque de propostas desta equipa. Ao ter acesso a esse documento, qualquer militante que represente a Juventude Popular estará preparada para defender as propostas da nossa organização e justificar as posições políticas tomadas pela Juventude Popular, garantindo uma representação informada e coesa.



MILITÂNCIA

Acreditamos que o crescimento e o desenvolvimento da nossa estrutura pode beneficiar de uma equipa específica dirigida para a gestão dos militantes. Assim, propomos a Vice-Presidência de Militância para apoiar, monitorizar e orientar os Militantes da Juventude Popular, garantindo que todos se encontram dotados de meios e informação acessíveis por forma a garantir a sua motivação constante. Assim, a equipa da Vice-Presidência de Militância propõe-se promover um ambiente dinâmico, articular troca de informação com as estruturas locais e distritais de todos os pontos do país.

A Vice-Presidência de Militância propõe:

- **Contribuir para o Crescimento da Juventude Popular** e dos seus militantes através da promoção de uma cultura de inclusão, colaboração e apoio constante, num ambiente onde todos os militantes se sintam valorizados e incentivados a participar, através do acompanhamento individual de cada um e da avaliação do progresso de cada um;
- **Apoiar e Orientar os Presidentes Concelhios** em momentos de planeamento de estratégia local, em momentos de conflito e dúvidas, bem como a contribuir para ajudar e melhorar as práticas da Juventude Popular local no terreno em estreita colaboração com os Presidentes Concelhios.
- Promover a criação de **mais Núcleos de Estudantes Populares** por ser uma mais-valia e por potenciar o crescimento da Juventude Popular como um todo, principalmente no seio académico. Ao estabelecer núcleos nas universidades, a Juventude Popular conseguirá ampliar a sua base de apoio, fortalecer o seu impacto junto de um público jovem que representa o futuro da sociedade e, ainda, captar novos talentos e promover novas propostas políticas. Estes núcleos servirão como espaços de debate, formação política e promoção dos valores centristas e democráticos, proporcionando aos estudantes uma oportunidade para se envolverem diretamente na vida política e cívica;
- Criar o **Curso Popular**, em conjunto com o Instituto Adelino Amaro da Costa invertendo o paradigma “o grau de informação é cada vez maior mas o de



formação menor”, sob a direção do Professor Manuel Monteiro. O Curso incidirá sobre as seguintes temáticas: O início de uma atividade política; Discursos; Ideias Centrais da Juventude Popular; a JP e o CDS; a Razão de Ser dos Partidos Políticos; entre outros, tendo a duração de três meses e periodicidade trianual. Este curso admitirá um número máximo de 25 pessoas por edição de modo a potenciar uma aprendizagem eficaz e personalizada, permitindo dar mais atenção a cada participante, responder melhor às dúvidas de cada um, adaptar os conteúdos às necessidades individuais e promover uma maior interação entre todos. Cada edição contará com dois dias de aulas presenciais – o primeiro dia e o último –, por forma a garantir uma aproximação e interação entre os participantes. Nos restantes dias a formação será totalmente online, através de meios telemáticos, de modo a garantir a redução de despesas de deslocação e uma maior facilidade de acesso aos conteúdos. A candidatura ao Curso pressupõe o envio de um CV e de uma Carta de Motivação que serão analisados por um Júri indicado para o efeito de seleção dos candidatos. No final, cada participante receberá um Certificado de Participação da Juventude Popular em parceria com o Instituto Adelino Amaro da Costa.

- Promover o **Encontro Nacional de Concelhias** para fortalecer a coesão interna, a troca de ideias e a definição de estratégias a nível partidário e, como tal, pretende fomentar que os Presidentes e os Secretários Concelhios promovam estes encontros, onde serão partilhadas experiências e boas práticas de relações, aprendizagens e mobilização. Estes encontros serão cruciais para alinhar as atividades locais com as diretrizes nacionais e fomentar a colaboração entre concelhos e distritos, garantindo que as preocupações e realidades locais sejam ouvidas e sejam, por conseguinte, integradas nas políticas gerais da Juventude Popular;
- Criar um **Guia ‘How To’ para Concelhias**, que contará com uma compilação de informação a respeito da organização de eventos e da elaboração de discursos políticos, sempre numa ótica de gestão de informação e fomento de uma maior acessibilidade;



- **Analisar Dados e Avaliar o Desempenho** com base nos dados pré-existent e na informação disponível. Através da avaliação do desempenho dos quadros da Juventude Popular será possível identificar áreas de melhoria e áreas de interesse estratégico onde se deve apostar. A Vice-Presidência de Militância também apoiará na tomada de decisões sobre as políticas internas de cada estrutura e práticas de gestão de equipa, através de métodos orientados para cada caso.

A Vice-Presidência de Militância propõe elaborar um **Novo Processo de Onboarding de Militantes** da Juventude Popular, que integrará os novos membros de forma envolvente e contínua. O processo deverá combinar ferramentas digitais com a interação pessoal com cada militante e a criação de grupos de novos militantes, permitindo a génese de um espírito de pertença nos militantes desde o primeiro dia na Juventude Popular. Em termos gerais, o processo de Onboarding poderá contar com:

- **E-mail de Boas Vindas**, acompanhado de um Vídeo com a Carta de Princípios da Juventude Popular;
- **Uma Reunião** com os Presidentes da estrutura daquele novo militante para maior inclusão do militante na estrutura através de uma interação dinâmica entre todos;
- **“Copos Políticos”** em concelhias ou distritos articulados com as estruturas locais;
- **Caldas Open Day**, que consiste num evento aberto na Sede Nacional onde todos os novos militantes, querendo, poderão participar num dia dedicado ao Networking;
- **Inquérito de Opinião** a enviar aos novos militantes após alguns meses por forma a recolher o seu feedback acerca da experiência na Juventude Popular e da sua integração, bem como para obter informação acerca dos seus interesses e das suas expectativas em relação à Juventude Popular.

Para os militantes que residam fora de Portugal, **Criar uma Abordagem Digital e Sessões Online** constantes para entender de que forma é que estes militantes



pretendem interagir com a Juventude Popular e, eventualmente, propor sessões gravadas de eventos políticos dirigidos para estes militantes.

Por fim, atendendo à elevada taxa de abstenção nas eleições europeias que tende a aumentar cada vez mais, propõe-se a criação de um **Curso de Literacia Europeia**, com o objetivo de informar os jovens sobre temáticas europeias e reduzir o desconhecimento e desinformação acerca da União Europeia. O curso projeta-se em formato online com uma duração de 15 horas estendidas por 5 meses, incidindo sobre as seguintes temáticas: Contextualização Histórica e Política, Principais atores da União Europeia, o Processo de Decisão, Políticas Europeias, e a Cidadania Europeia. Deste modo, torna-se o nosso objetivo oferecer aos jovens uma visão global e compreensiva sobre a União Europeia, o seu funcionamento e o seu impacto no quotidiano dos jovens. Com uma abordagem teórico-prática pretendemos educar todos os jovens (filiados ou não) que se considerem interessados na temática e tenham entre 14 e 30 anos. Será dada prioridade a quem não tenha formação académica prévia na área de Relações Internacionais, Ciência Política e Estudos Europeus. Os participantes serão avaliados através de avaliação final e serão premiados consoante o seu desempenho.

GABINETE DE ESTUDOS

A importância de um Gabinete de Estudos para a Juventude Popular é indiscutível para a formulação de políticas, formação de militantes e o fomento do pensamento ideológico.

O Gabinete de Estudos ficará incumbido de:

- **Recolha e Análise de Dados** que permitem compreender as questões e tendências mais relevantes para os jovens, no âmbito da educação, do emprego, da saúde mental, do empreendedorismo e da habitação. Mediante a recolha de dados e análise de investigações dos temas da atualidade, este gabinete oferecerá uma visão clara das necessidades e desafios enfrentados pelos jovens. Isto permitirá, ainda, monitorizar o impacto das políticas existentes, potenciando a criação de soluções inovadoras e ajustadas à evolução das condições dos jovens;
- **Implementação e Monitorização de políticas** com o objetivo de avaliar o impacto real das medidas adotadas, permitindo que se identifiquem áreas que necessitam de ajustes ou melhorias. Desta forma, o Gabinete de Estudos garantirá que as políticas permaneçam dinâmicas e adaptáveis, respondendo às mudanças nas necessidades e desafios da juventude ao longo do tempo;
- **Sessões com Especialistas** em diversas matérias para auxiliar a pensar políticas da Juventude Popular;
- **Auscultação de Jovens** que não sejam militantes para elaborar um estudo acerca dos seus pensamentos e ideologias;
- **Formação Política** em sinergia com os restantes grupos com foco na formação, através da promoção e o desenvolvimento de conteúdos. Este processo contribuirá para a formação de líderes preparados e conscientes, capazes de enfrentar os desafios atuais e participar de forma mais ativa e informada na construção de políticas eficazes para a juventude;
- Criação de **Revista Política** editada pela Juventude Popular, que incluirá artigos políticos escritos pelos nossos militantes;



- **Relações Externas** da Juventude Popular, que envolvem a participação em reuniões internacionais, conferências e eventos de grande relevo, deverão ser uma responsabilidade central do Gabinete de Estudos. Este órgão terá o papel de representar a Estrutura nestes fóruns, trazendo as preocupações e propostas da Juventude Popular para os debates onde são abordadas questões sensíveis e estratégicas sobre políticas da juventude. Através dessa participação, o Gabinete de Estudos garantirá que a voz da Juventude Popular seja ouvida no cenário nacional e internacional e que as suas ideias e políticas sejam discutidas e defendidas em contextos globais de elevada relevância;
- **Conexão Internacional**, ou seja, atuará como uma ponte com outras juventudes partidárias a nível internacional, estabelecendo e fortalecendo relações de cooperação e diálogo com organizações de juventude de partidos estrangeiros. Esta interação permitirá a partilha de experiências, boas práticas e ideias sobre políticas de juventude, promovendo um enriquecimento mútuo e possibilitando a criação de alianças estratégicas que contribuam para o desenvolvimento de políticas inovadoras e eficazes.

O Gabinete de Estudos assumirá um papel preponderante em **Desmontar a Estrutura do Pensamento da Oposição**. Com base numa visão crítica e, de igual modo, através da análise de dados atuais e exercícios de prognose, este órgão identificará as falhas ou as incoerências nas políticas defendidas pela oposição, explicando de forma clara e acessível a razão pela qual essas medidas não são adequadas ou eficazes. Essa informação será partilhada com os militantes e estruturas da Juventude Popular, assegurando que todos compreendem de forma concreta e fundamentada os motivos pelos quais as propostas da oposição não fazem sentido, permitindo a adoção pelos militantes de um discurso político mais sólido e informado em debates políticos.



COORDENAÇÃO AUTÁRQUICA

As eleições autárquicas no ano de 2025 colocam mais um desafio à Juventude Popular. Deste modo, a figura da Coordenação Autárquica surge como imprescindível para Fornecer Apoio Político e Estratégico aos jovens autarcas na formulação de políticas locais que respondam de forma eficaz às necessidades de cada autarquia, nomeadamente quanto às políticas relevantes para os jovens.

Para além da figura estatutariamente prevista a CPN necessita de uma verdadeira equipa que esteja focada em dar todo o apoio aos autarcas JP.

Este apoio deverá incluir:

- o desenvolvimento de propostas legislativas,
- a criação de iniciativas de desenvolvimento económico e social e a
- implementação de outras medidas políticas que contribuam para o crescimento das autarquias.

Assim, a Coordenação Autárquica, dotada de Informações e Conhecimento específico de cada localidade, deverá garantir que os jovens autarcas dispõem das ferramentas e conhecimentos necessários para atuar de forma estratégica e alinhada com os valores e ideologias da Juventude Popular, promovendo políticas inovadoras, o melhoramento de práticas de gestão municipal e fornecendo informações e recomendações à luz dos problemas e temáticas específicas de cada autarquia.

A Coordenação Autárquica propõe:

- **Dinamização de Eventos e Formações Autárquicas Locais**, através da coorganização de eventos, workshops e formações específicas para os jovens autarcas que visem capacitar e atualizar os seus conhecimentos em diversas áreas, tais como a Gestão Pública, Liderança, Comunicação Eficaz e Políticas Públicas, com o intuito de preparar os nossos militantes para o desafio eleitoral vindouro. Esta iniciativa permitirá transmitir aos jovens autarcas e outros participantes na campanha eleitoral ou no mandato autárquico as ferramentas



necessárias para a compreensão do enquadramento legal e financeiro das autarquias e seus instrumentos associados, tais como os regimentos das assembleias municipais ou de freguesias, bem como inteirá-los nos temas da atualidade com relevância para o debate autárquico;

- **Criação de Propostas Autárquicas** dirigidas aos jovens autarcas, que poderão ser apresentadas pelos militantes eleitos nas listas e aplicadas em qualquer concelho;
- **Promoção de Comunicação e a Partilha de Informações entre os autarcas** e entre os autarcas da Juventude Popular e do CDS-PP constituem uma boa prática que promove a troca de informações e de experiências. Desta forma, propomos privilegiar tanto o contacto direto entre a Juventude Popular e os seus respectivos jovens autarcas como o contacto e a aproximação entre os autarcas da Juventude Popular e do CDS-PP;
- Promoção de **Encontro Nacional de Autarcas** onde se discuta política local e se partilhem experiências e conhecimento entre autarcas;
- **Volta Autárquica** que consiste numa visita a todos os concelhos em que exista um candidato da Juventude Popular nas listas como forma de prestar apoio e marcar presença na ação de campanha.
- **Manual do Autarca** que será elaborado através de contributos dos autarcas experientes, providenciando um guia de boas práticas e a orientação necessária para garantir uma eficaz execução das funções.



CHEFE DE GABINETE

Entendemos que a figura de Chefe de Gabinete na Juventude Popular é fundamental para garantir uma Coordenação e Gestão eficaz e estratégica das atividades de Presidente da Juventude Popular.

O Chefe de Gabinete assumirá a responsabilidade de:

- **Organizar e Coordenar as atividades diárias** de Presidente da Juventude Popular, assegurando que as iniciativas estejam alinhadas com os objetivos da Juventude Popular;
- **Assessoria Estratégica** para a tomada de decisões;
- **Gestão da Comunicação interna**, incluindo a troca de informações entre diversos órgãos;
- **Acompanhamento de Projetos**, através da supervisão e monitorização de projetos específicos, salvaguardando que estas iniciativas sejam executadas dentro dos prazos e orçamentos pré-estabelecidos;
- **Supervisionar o Protocolo** e a etiqueta organizacional em eventos formais, garantindo que todas as interações sigam os procedimentos previstos.



REGIÕES AUTÓNOMAS

A Estrutura nas Regiões Autónomas constitui uma das maiores mais valias da Juventude Popular, sendo caracterizada pela sua estabilidade e autonomia própria. A Juventude Popular considera imprescindível a Representação das Regiões Autónomas na Estrutura como forma de garantir a representatividade regional em Portugal Continental. A inclusão de representantes regionais assegura que as particularidades sociais, económicas e culturais das Regiões Autónomas sejam respeitadas, contribuindo para um ambiente político onde todos os cidadãos, independentemente da sua localização, têm a oportunidade de influenciar as políticas que afetam suas vidas.

Assim, uma vez que as Regiões Autónomas já estão representadas em Conselhos Nacionais, pretende-se instituir a possibilidade de **participação à distância**, por razões de acessibilidade. Esta opção permitirá que, através da exibição de um vídeo, possam partilhar as suas ideias, atividades e desafios e posteriormente atualização de estatutos e regulamentos para presença de conselheiros de forma remota.

A Representação das Regiões Autónomas deverá ter reflexo na **Adaptação de Ações Políticas** que, por via dos seus representantes e com o apoio de equipas locais, levará as iniciativas da Juventude Popular adaptadas às regiões. Acreditamos também que deverá existir um Reflexo em Todos os Documentos Nacionais de Questões Importantes das Regiões Autónomas, como forma de representar as regiões e de fortalecer a coesão territorial e estrutural da nossa organização política.

Devido à necessidade de passagem de pasta e de responsabilidades, as estruturas autónomas necessitam de apoio durante o processo de familiarização com as novas funções. Por esse motivo queremos garantir que dispõem de formação adequada para que as CPRs estejam devidamente preparadas para desempenhar, da melhor forma possível, o seu trabalho. Para isso, propomos um **acompanhamento da Secretaria-Geral durante os primeiros três meses das estruturas recém eleita,**



disponibilizando-lhes toda a informação necessária, em guião, no que diz respeito à criação de novas estruturas e de boas práticas.

Existe uma necessidade de contacto regular entre a **Secretaria-Geral Nacional e os Secretários-Gerais das Regiões Autónomas**, garantindo uma verdadeira proximidade. Neste sentido propomos uma **reunião mensal** entre os mesmos, de forma a existir uma ação simbiótica entre o território continental e as ilhas.

Por fim, propomos que as **Reuniões da Comissão Executiva** se realizem **uma vez por ano em cada Região Autónoma**, para discussão de temas políticos nacionais e também para contacto com a militância regional e conhecimento da realidade regional.





**FALAR MENOS.
FAZER MAIS** >>>>>
PELA JUVENTUDE POPULAR. POR PORTUGAL.

